



ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO II PND

EXERCÍCIO 1975

III - AGROPECUÁRIA

S U M Á R I O

	<u>Pág.</u>
<u>DESEMPENHO DO SETOR</u>	2
PRODUÇÃO	2
EXPORTAÇÕES	4
- Preços Recebidos pelos Agricultores	11
INSUMOS MODERNOS	12
- Fertilizantes	14
- Defensivos	15
- Rações	15
- Máquinas Agrícolas	16
CRÉDITO RURAL	21
<u>ACÇÃO GOVERNAMENTAL</u>	24
CONSIDERAÇÕES GERAIS	24
- Ministério da Agricultura	24
- Ministério do Interior	30
- Ministério da Indústria e do Comércio	30
APOIO AO SETOR AGROPECUÁRIO	31
- Pesquisa Agropecuária	31
- Assistência Técnica e Extensão Rural	32
- Organização Agrária	35
- Discriminação e Regularização Fundiária	36
- Cadastro e Tributação	38
- Eletrificação Rural	43
- Cooperativismo	43
- Plano de Padronização Contábil para as Cooperativas Brasileiras	44
- Sindicalismo	45
- Desenvolvimento Florestal	46
- Reflorestamento	49
- Programa Nacional de Papel e Celulose	51
- Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal...	51
- Produção de Madeira Processada Mecanicamente..	54
- Desenvolvimento da Pesca	60
- Desenvolvimento da Pecuária	64
- Programa Nacional de Saúde Animal - PRONASA...	65
- Classificação e Inspeção de Produtos	66
- Armazenamento	72
- Centrais de Abastecimento e Mercados Satélites	73
- Programa de Irrigação do Nordeste	74
- Política Açucareira	80
- Política Cafeeira	82
- Política de Produção da Borracha	83
- Programas Especiais	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89

DESEMPENHO DO SETOR

● PRODUÇÃO

O II PND preconiza um crescimento médio anual de 7% para o setor agrícola (6,6% para as lavouras e 7,8% para pecuária); mais especificamente prevê o Plano que os cereais (arroz, milho e trigo) e o feijão cresçam a 8,5% ao ano, e as oleaginosas (soja, semente de algodão⁽¹⁾, amendoim e mamona) a aproximadamente 10%, objetivando melhorar o abastecimento dos alimentos básicos para a população, incrementar o fornecimento de produtos e matérias-primas para o arraçamento animal, diversificar exportações e formar estoques reguladores.

No primeiro ano de execução do II PND, o setor agrícola foi consideravelmente afetado por adversidades climáticas, principalmente geadas e secas que atingiram as lavouras de cana-de-açúcar, banana e produtos olerícolas. Ainda em função de problemas climáticos, algodão, feijão e milho mostraram, segundo estimativas de produção realizadas em dezembro, substancial redução, comparadas estas estimativas com as de junho do mesmo ano.

Os efeitos das geadas de julho de 1975 continuarão repercutindo na safra de 1976, devendo reduzir a produção de café para 8,7 milhões de sacas, contra os 21,2 milhões de 1975. Desde já é possível prever que essa queda, de cerca de 60%, afetará sensivelmente o crescimento da produção agrícola do próximo ano.

(1) Para estimar a produção de semente, consideram-se que ela representa 62% do peso total do algodão em caroço.

A produtividade geral da agricultura foi reduzida em 5,3%, resultado altamente negativo em relação ao acréscimo previsto de 2,5%. Também a área plantada, para a qual esperava-se acréscimo de 4%, cresceu em apenas 3,5% em 1975. As previsões, entretanto, poderiam ter sido atingidas, se não ocorresse a perda de 220 mil ha plantados de trigo.

A produção das lavouras reduziu-se em 2% em relação a 1974; os cereais tiveram uma produção de 27,9 milhões de toneladas, igual à do ano anterior; as oleaginosas atingiram 11,9 milhões de toneladas, crescendo assim 17,8% (contra 10% previstos).

Entre os principais produtos de exportação, a soja continuou com produção crescente (25,6%), embora em ritmo mais lento do que o verificado nos anos anteriores, consolidando-se como o produto de exportação mais importante e um dos que mais contribuem para a formação do produto agrícola; o cacau destacou-se, com um crescimento de 57,8%, o maior entre as culturas importantes, tendo suas exportações aumentado 35,6% em quantidade e apenas 5% em valor, (o que reflete a queda de 23% nos preços médios); o açúcar teve um decréscimo de 9,6% em sua produção, com reflexos nas exportações, caindo os valores em 16,8%, apesar da elevação dos preços em mais de 30%; o café, cuja produção caiu 25%, apresentou resultados superiores em 13,2% ao ano anterior em quantidades exportadas mas, devido ao menor preço, os valores totais reduziram-se em 1,4%.

A produção pecuária apresentou crescimento estimado em 15,4%⁽²⁾, destacando-se o aumento do abate de ovinos (154%)

(2) - Os resultados para o crescimento da produção animal podem ter sido superestimados, principalmente quanto a produção de carne (abate) e leite. No primeiro caso, o aumento do abate de aves contrasta com as informações do Sindicato de Rações, que indica um crescimento de 7%, confirmado pelo incremento da produção de rações, de 10%. A produção de suínos e bovinos supera em muito as taxas de crescimento dos últimos anos, do que resultam dúvidas quanto a validades dos dados. O mesmo pode-se dizer sobre a produção de leite, cujo acréscimo estimado só seria possível com aumento da produtividade superior a 25%, o que parece impossível em função das necessidades de desenvolvimento tecnológico para se obter tal resultado, mesmo a longo prazo. As estimativas da Fundação IBGE podem estar distorcidas em razão de mudanças de metodologia na produção de estatísticas, superdimensionando o crescimento da pecuária em 1975.

e de aves (68%), da produção de leite (35%) e do abate de suínos (21%), além dos resultados favoráveis na produção de lã (10,9%), no abate de bovinos (10,4%) e no crescimento do rebanho bovino (5,1%). Embora informações, em números absolutos não estejam disponíveis para a produção animal, dados relativos indicam resultados altamente favoráveis, revelando crescimento bastante superior ao previsto (7,8%).

Comparando-se dados individuais, obtidos por produto, com estimativas de crescimento da oferta previstas pelo II PND, observa-se que os resultados alcançados em 1975 são superiores às previsões. A produção de carne bovina cresceu 10,4%, contra os 5,2% previstos; a de carne suína aumentou 21%, para 7% previstos; o leite aproximou-se das metas totais do II PND, ao aumentar 35% (o crescimento estava previsto em 6,5% ao ano, ou 41,5% para todo o período); a produção de carne avícola, que já crescera aceleradamente nos últimos anos, atingiu 68% de incremento, contra 15% previstos.

Deve-se porém notar que, do decréscimo de 2% em lavouras e crescimento de 15,4% em pecuária, resulta aumento de 3,4% no produto bruto da agricultura, conseguindo-se, portanto, índice de crescimento muito aquém dos 7% previstos.

O único resultado favorável para a agricultura foi obtido pela região Nordeste, que cresceu 8,7% (contra 6% previsto), de acordo com as primeiras estimativas da SUDENE.

● EXPORTAÇÕES

As exportações brasileiras de produtos agropecuários, em 1975, geraram divisas da ordem de US\$ 5,2 bilhões, montante equivalente ao de 1974. Vários fatores contribuíram, direta ou indiretamente, para interromper a dinamicidade que caracterizou o desempenho dessas exportações no período 1971-1974, destacando-se as menores cotações para a maioria dos produtos agropecuários no mercado internacional em 1975. Como exemplo, vale mencionar que dos 27 principais produtos, que respondem por 90% das exportações agropecuárias, apenas 6 lograram melhores cotações em relação a 1974.

TABELA Nº 1

BRASIL: ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS - 1974 e 1975

PRODUÇÃO	Área Colhida (1.000 ha)		Variação (%)	Produção (1.000 t)		Variação (%)
	1974	1975 (1)		1974	1975 (1)	
Algodão	3.721	3.875	4,1	1.959	1.751	10,6
Ameioim	359	344	- 4,2	439	441	0,4
Arroz	4.463	5.250	17,6	6.483	7.538	16,3
Batata	187	190	1,6	1.672	1.669	- 0,2
Cacau	512	451	-11,9	165	260	57,6
Café	2.270	3.220	2.429	-24,6
Cana-de-açúcar ...	2.068	2.122	2,6	96.412	91.386	- 5,2
Feijão	4.258	4.121	-3,7	2.238	2.271	1,5
Mandioca	2.138	2.176	1,8	24.715	25.812	4,4
Milho	11.006	10.678	-3,0	16.285	16.354	0,4
Soja	5.143	5.747	11,2	7.876	9.892	25,6
Trigo	2.460	2.931	19,8	2.858	1.788	-37,4
Banana	305	302	- 0,9	6.974	7.080	1,5
Laranja	375	411	9,6	6.232	6.334	1,6
Outros (2)	1.527	1.370	-10,3	3.707	3.289	-11,3
TOTAL	40.792	42.238	3,5	-	-	- 2,0

FONTE: Fundação IBGE; EAGRI/SUPLAN-MA; IBC

(1) estimativa; (2) 10 produtos (cebola, coco-da-baía, fumo, juta, malva, mamona, pimenta-do-reino, sisal, tomate e uva).

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1974 e 1975) e Comparações com Metas do II PND

PRODUTOS	1974 (Mil t)		Variação Previsão II PND (3)		1975 (Mil t)		1975 R/P (G)	Variação (%) 1975/74 (H)	METAS DO II PND 1979 (Mil t)		
	Previsão II PND (A)	Realizado (B)	Previsão II PND (C)	Previsão Realizado (D)	Previsão (E)	Variação (F)			Previsão (I)	Revisão à realizar 1976/79 (K)	
VEGETAIS			6,6					2,0			
Algodão em caroço...	2.351	1.959	5,7	2.071	1.751	320	84,5	10,6	3.094	2.578	827
Amendoim em casca...	-	439	-	-	441	-	-	0,5	-	-	-
Mamona.....	-	573	-	-	353	-	-	38,4	-	-	-
Soja.....	8.280	7.876	8,6	8.553	9.392	1.339	115,7	25,6	12.804	12.179	2.287
Arroz em casca.....	8.304	6.483	4,3	6.762	7.538	776	111,5	16,3	10.260	8.010	472
Felção.....	2.765	2.238	2,8	2.301	2.271	30	98,7	1,5	3.174	2.569	258
Milho.....	17.635	16.285	10,0	17.914	16.354	-1.560	91,3	0,4	28.429	26.253	9.899
Trigo.....	2.388	2.858	8,3	3.096	1.788	-1.308	57,8	37,4	3.559	4.261	2.473
Cacau.....	-	165	-	-	260	-	-	57,6	-	-	-
Café.....	2.880	3.220	7,7	3.468	2.429	-1.039	70,0	24,6	4.166	4.658	2.229
Cana.....	110.361	96.412	4,8	100.076	91.386	-8.690	91,3	8,7	139.666	123.013	30.627
Batata.....	2.158	1.672	6,5	1.782	1.669	113	93,7	0,2	2.956	2.292	623
Mandioca.....	33.243	24.715	2,8	25.407	25.812	405	101,6	4,4	38.163	28.373	2.561
Banana.....	13.402	6.974	6,9	7.455	7.080	375	95,0	1,5	12.723	9.743	2.663
Laranja.....	4.915	6.232	5,6	6.774	6.334	441	93,5	1,6	7.661	9.714	3.361
Cereais.....	30.000	27.865	8,5	30.232	27.951	-2.282	92,5	0,3	45.000	41.798	13.847
Oleaginosas.....	10.000	10.102	10,0	11.112	11.771	659	105,9	16,5	16.000	16.163	4.392
ANIMAIS			7,8					15,4			
Carne bovina.....	2.271	-	5,2	-	-	-	-	10,4	2.925	-	-
Carne suína.....	390	-	7,0	-	-	-	-	21,0	547	-	-
Carne avícola.....	398	-	15,0	-	-	-	-	67,9	804	-	-
Leite.....	8.132	-	6,5	-	-	-	-	35,3	11.141	-	-
Ovos.....	813	-	7,2	-	-	-	-	-	1.150	-	-
TOTAL.....			7,0					3,4			

Fonte: IBGE

NOTAS: 1) Os dados da coluna B passarão a constituir a base do II PND, porque o IBGE, em função das informações obtidas pelo Censo de 1970, revisou suas estimativas de produção agrícola.

2) O sinal (-) significa que ainda não existe informação disponível.

3) A aplicação dos percentuais de variação, entre 1975 e 1974, à produção animal, pode resultar em quantidades muito afastadas da realidade, devido às modificações metodológicas introduzidas pelo IBGE.

LEGENDA: * Coluna D = B x (C + 100) : 100

Coluna F = E - D

Coluna G = E : D x 100

Coluna H = 100 - (E x 100) : B

Coluna I = (E x 100) : B - 100

Coluna K = J - E

Por outro lado, em 1975 acentuou-se tendência, observada desde 1971, de relativa incapacidade de alguns produtos de responder, em crescimento de volumes, às vertiginosas altas verificadas em suas cotações no mercado mundial, entre 1971 e 1974. Uma apreciação mais detalhada vai mostrar que, dos produtos que participaram com 90% do valor das exportações agropecuárias nos anos de 1971 a 1975, apenas 10 foram realmente dinâmicos, conseguindo manter em todos esses anos crescimento sustentado das quantidades exportadas; destacaram-se, nesse particular, soja (grãos, farelo e óleo), cacau (amêndoas), fumo (folhas), açúcar refinado, suco de laranja, lã e melão.

Como se pode depreender das tabelas 3 e 4, cerca de 15 outros produtos mostraram comportamento bem diverso: 6 mantiveram-se estagnados — açúcares demerara e cristal, milho (grãos), carne bovina industrializada, manteiga de cacau e amendoim (grãos); outros 9 foram exportados em volumes decrescentes — café (grãos e solúvel), algodão (rama), madeira de pinho serrada, carne equina, óleo de amendoim em bruto, banana e sisal.

Vários fatores contribuíram para impedir um comportamento mais dinâmico desses produtos. No caso do café e do açúcar, a agricultura brasileira não conseguiu gerar excedentes exportáveis em volume adequado, em função principalmente de problemas climáticos, doenças e pragas; quanto ao algodão em rama, verificou-se maior absorção interna da produção, motivada pelo crescimento da indústria têxtil; para a carne (industrializada e congelada) pesou a decisão governamental de propiciar melhor atendimento ao consumo interno.

Esses fatos evidenciam a fragilidade da agricultura brasileira diante das possibilidades do mercado mundial e das pretensões do País. Os fatos detectados nesses últimos 5 anos (incapacidade de manutenção de fluxo constante e crescente de mercadorias) demonstram que a agricultura, salvo poucas exceções, ainda não logrou organizar-se dentro de padrões empresariais, com vistas a gerar excedentes exportáveis de forma continuamente ascendente e a preços competitivos, com o objetivo de atender parcela razoável da demanda mundial por produtos agropecuários.

Discrepâncias identificadas no último quinquênio mostram que o País precisa planejar, com maior rigor, a produção de excedentes agrícolas; nota-se, por exemplo, o caso típico das exportações brasileiras de milho em grão, produto que nos últimos 5 anos apresentou tendência discreta, mas firme, de melhorar suas cotações no mercado mundial, sem que a agricultura brasileira fosse capaz de gerar, de forma adequada, excedentes exportáveis: somente em 1971, 1974 e 1975, o País exportou volume superior a um milhão de toneladas anuais, enquanto poderia, sem originar maiores problemas para os demais abastecedores mundiais, com relativa facilidade exportar 2,5 milhões de toneladas anuais (US\$ 200 milhões) durante o período, que corresponderiam a 5% do comércio mundial deste cereal.

Outros produtos também registraram comportamento semelhante, tendo como característica comum cotações satisfatórias e sustentadas no mercado mundial, como ocorreu com o óleo de soja, algodão em rama, peles e couros preparados ou curtidos, carne eqüina, amendoim (grãos e óleo) e sisal.

No caso da soja, nota-se que o País ainda não teve condições de estabelecer uma política com vistas à formação de estoque para equilibrar possíveis flutuações na demanda mundial. A prática de exportar a totalidade de seus excedentes, gerada pelas necessidades de divisas, retira-lhe o poder de barganha e impede que se precavenha contra oscilações dos preços do mercado mundial. O açúcar e seus derivados também podem ser enquadrados neste contexto.

Também contribui para a relativa fragilidade das exportações agropecuárias, diante das variações dos preços internacionais, o fato de um pequeno número de produtos representar a maior parcela dessas exportações. Com efeito, apenas café, açúcar e soja responderam por 65% das exportações brasileiras de produtos agropecuários em 1975.

Esses fatores evidenciam a necessidade de o Governo adotar políticas visando a aumentar o grau de diversificação

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (1) ENTRE 1971 e 1975

PRINCIPAIS SELECÇÕES	US\$ MILHÕES FOB					VARIACÃO ENTRE 1971 e 1975					MILHARES DE TONELADAS					VARIACÃO ENTRE 1971 e 1975					PREÇO MEDIO EM TONELADA					VALORES EM US\$ MILHÕES ENTRE 1971 e 1975
	1975	1974	1973	1972	1971	US\$ MILHÕES FOB	%	1975	1974	1973	1972	1971	1.000 t	%	1975	1974	1973	1972	1971	1975	1974	1973	1972	1971		
Café em grãos	532,2	364,8	1.243,3	959,2	772,5	79,7	10,3	772,5	602,0	1.055,3	1.059,2	1.024,0	-269,0	-25,1	1.100,63	1.256,02	1.167,1	1.059,2	743,83	1.100,63	1.256,02	1.167,1	1.059,2	743,83		
Açúcar demerara	755,9	928,3	654,9	314,1	146,6	223,3	425,2	1.205,1	1.707,4	2.352,5	2.054,5	1.190,0	14,5	3,7	623,38	533,53	193,26	2.054,5	122,91	623,38	533,53	193,26	2.054,5	122,91		
Soja em grãos	454,9	566,3	694,2	127,5	24,3	660,4	2.718,5	3.353,3	2.750,4	1.755,1	1.037,3	213,4	1.116,9	1.622,0	225,47	244,72	275,66	1.037,3	129,80	225,47	244,72	275,66	1.037,3	129,80		
Farelo e torta de soja	454,9	303,0	422,6	152,3	81,5	383,4	470,4	3.123,6	2.020,9	1.531,5	1.405,3	911,4	2.222,2	242,0	143,35	143,35	267,24	1.405,3	53,55	143,35	143,35	267,24	1.405,3	53,55		
Cacau em amêndoas	222,4	210,0	83,5	55,2	61,7	152,7	237,2	176,2	129,9	22,3	102,3	113,1	57,1	47,9	1.247,64	1.817,05	1.059,42	102,3	522,00	1.247,64	1.817,05	1.059,42	102,3	522,00		
Açúcar cristal	201,3	223,3	97,8	83,5	6,4	157,9	3.092,2	279,5	487,1	444,4	400,5	70,7	208,5	295,3	731,20	531,57	222,00	400,5	150,00	731,20	531,57	222,00	400,5	150,00		
Óleo de soja em bruto	152,4	1,9	23,8	-	-	-	-	267,7	2,3	61,4	-	-	-	-	539,45	824,94	537,42	-	-	539,45	824,94	537,42	-	-		
Milho em grãos	150,8	133,0	3,1	9,6	75,4	75,4	100,0	1.147,9	1.100,7	41,0	172,1	1.279,7	-131,8	-10,3	931,40	125,36	76,71	172,1	51,55	931,40	125,36	76,71	172,1	51,55		
Fumo em folhas	147,3	59,0	50,5	46,7	36,6	105,2	237,4	98,2	91,5	63,6	69,2	60,2	36,0	63,1	1.424,57	1.032,43	919,29	69,2	738,50	1.424,57	1.032,43	919,29	69,2	738,50		
Açúcar refinado	125,5	62,3	6,0	-	-	-	-	215,2	102,2	22,0	-	-	-	-	530,65	559,79	272,73	-	-	530,65	559,79	272,73	-	-		
Algodão em rama	57,8	52,9	210,0	152,7	137,1	-39,3	-23,7	107,3	83,2	232,3	264,2	226,8	-119,6	-52,7	912,24	1.032,43	770,57	264,2	653,50	912,24	1.032,43	770,57	264,2	653,50		
Suco de laranja	82,2	39,2	62,2	41,5	35,9	45,3	129,0	169,9	103,5	178,6	87,2	27,3	103,5	134,0	454,46	545,55	475,62	87,2	424,42	454,46	545,55	475,62	87,2	424,42		
Café solível	79,6	116,0	59,8	7,9	49,7	30,1	60,6	30,3	37,1	35,2	34,3	23,3	7,0	36,0	2.629,31	3.125,90	2.513,50	34,3	2.123,50	2.629,31	3.125,90	2.513,50	34,3	2.123,50		
Carna bovina industrializada	70,5	61,0	69,8	50,5	58,9	19,6	38,5	42,2	34,8	35,9	36,1	34,3	23,0	23,0	1.672,52	2.326,31	1.945,50	36,1	1.421,50	1.672,52	2.326,31	1.945,50	36,1	1.421,50		
Fios de algodão	57,6	65,4	45,0	22,8	6,0	61,0	827,1	41,9	29,3	29,4	19,2	6,5	35,4	540,6	1.617,63	2.324,23	1.524,00	19,2	1.276,15	1.617,63	2.324,23	1.524,00	19,2	1.276,15		
Manteiga de cacau	50,2	103,0	47,7	32,1	25,3	35,9	147,7	21,6	26,8	24,2	27,3	21,1	0,5	2,4	92,11	3.475,31	1.863,45	27,3	1.212,65	92,11	3.475,31	1.863,45	27,3	1.212,65		
Madeira de pinho serrada	50,5	50,6	62,8	59,7	71,0	-16,3	-22,7	165,4	134,8	303,6	422,2	523,0	-427,6	-71,6	135,43	321,29	253,93	422,2	122,42	135,43	321,29	253,93	422,2	122,42		
Óleo de manca em bruto	51,6	123,4	122,4	53,8	39,9	11,7	29,5	91,1	155,8	131,3	127,2	121,9	-45,8	-32,5	674,05	824,33	923,35	127,2	323,69	674,05	824,33	923,35	127,2	323,69		
Pêles e couros preparados curtidos	48,2	37,2	40,0	60,7	7,4	40,8	551,4	9,0	7,5	8,4	8,5	11,4	-1,5	-13,2	4.202,53	5.073,36	4.759,43	8,5	3.674,50	4.202,53	5.073,36	4.759,43	8,5	3.674,50		
Lã (exclusive fios)	45,2	42,3	45,2	15,5	10,9	35,3	323,8	27,5	19,0	17,6	14,4	17,1	10,4	60,8	1.937,75	2.433,70	2.541,37	14,4	1.224,77	1.937,75	2.433,70	2.541,37	14,4	1.224,77		
Melão (congestivo e não congestivo)	45,6	59,8	31,0	13,5	8,6	37,0	430,2	801,5	1.004,5	799,3	587,4	454,3	427,2	34,0	51,65	55,55	39,54	587,4	15,03	51,65	55,55	39,54	587,4	15,03		
Carne equina refrigerada ou congelada	42,2	39,0	44,0	21,8	12,9	27,3	211,6	39,8	42,4	51,5	37,5	27,2	12,6	-45,3	1.070,94	535,33	934,55	37,5	475,36	1.070,94	535,33	934,55	37,5	475,36		
Arrozolim em grãos	32,2	25,2	19,5	13,7	8,8	23,4	265,9	59,2	53,0	54,3	55,9	35,7	23,5	65,8	544,70	531,52	533,30	55,9	244,30	544,70	531,52	533,30	55,9	244,30		
Óleo de semente em bruto	31,8	29,5	19,4	27,4	21,7	10,1	46,5	37,3	31,6	44,1	77,2	37,5	-26,2	-35,1	651,50	565,50	459,65	77,2	377,35	651,50	565,50	459,65	77,2	377,35		
Benona	30,7	25,6	14,9	9,6	10,4	20,3	195,2	147,3	156,0	133,5	114,2	115,2	-29,0	-16,4	228,19	148,72	127,57	114,2	53,52	228,19	148,72	127,57	114,2	53,52		
Sisal	30,1	114,1	59,4	22,5	15,3	14,8	55,7	52,0	129,0	160,2	132,1	117,5	-95,5	-64,8	575,25	521,20	374,80	132,1	122,72	575,25	521,20	374,80	132,1	122,72		
Carne bovina refrigerada ou congelada	6,5	24,5	148,7	159,2	63,7	-90,2	-91,4	5,3	19,2	98,6	155,6	63,7	-83,0	-84,0	1.523,57	1.523,57	1.523,57	155,6	1.523,57	1.523,57	1.523,57	1.523,57	155,6	1.523,57		
TOTAL DOS PRODUTOS SELECIONADOS	4.540,0	4.622,2	2.622,5	2.640,7	1.810,1	2.223,9	155,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
QUANTOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	57,0	50,1	46,1	35,0	27,5	27,5	90,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL DAS EXPORTAÇÕES AGROPECUÁRIAS	5.150,0	5.259,2	4.529,6	2.920,7	2.091,6	3.101,4	148,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
EXPORTAÇÕES GLOBAIS	6.625,2	7.921,0	5.197,9	3.551,2	2.303,9	5.751,3	198,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: CACEX

NOTAS: (1) Produtos Agropecuários, segundo Metodologia adotada pela FAO, compreende os itens: agricultura, pecuária, alimentício, pesqueiro e florestal.

VARIAÇÃO DOS VALORES E VOLUMES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS EXPORTADOS PELO BRASIL, ENTRE JANEIRO/DEZEMBRO DE 1974 e 1975

PRODUTOS SELECIONADOS	US\$ MILHÕES FOB		VARIAÇÃO EM 1975		MILHARES DE TONELADAS		VARIAÇÃO EM 1975		PREÇO MÉDIO EM TONELADA		VARIAÇÃO EM 1975
	1975	1974	US\$ MILHÕES FOB	%	1975	1974	1 000 DE T	%	1975	1974	
	CAfé em grãos	852,2	864,3	- 12,1	- 1,4	774,3	683,8	90,5	13,2	1 109,05	
Açúcar de cana	769,9	978,3	- 208,4	- 21,3	1 235,1	1 767,4	- 532,3	- 30,2	623,34	553,53	12,6
Soja em grãos	684,9	586,3	98,6	16,8	3 333,3	2 730,4	602,9	22,1	205,47	214,72	- 4,3
Farelo e torta de soja	464,9	303,0	161,9	53,4	3 133,6	2 030,9	1 102,7	54,3	148,35	149,21	- 0,6
Cacau em amêndoas	220,4	210,0	10,4	4,9	176,2	129,9	45,3	35,6	1 247,64	1 017,08	- 22,9
Açúcar cristal	204,3	283,3	- 79,0	- 27,9	279,5	487,1	- 207,6	- 42,6	731,20	581,67	25,7
Óleo de soja em bruto	152,4	1,9	150,5	-	267,7	2,3	265,4	-	569,48	830,04	- 31,4
Milho em grãos	150,8	139,0	11,8	8,5	1 147,9	1 108,7	39,2	3,5	131,40	125,36	4,8
Fumo em folhas	141,8	99,0	42,8	43,2	98,2	91,5	6,7	7,3	1 444,57	1 082,43	33,5
Açúcar refinado	125,5	60,3	65,2	108,2	216,2	102,2	114,0	113,6	580,65	589,79	- 1,6
Algodão em rama	97,8	90,9	6,9	7,6	107,2	83,2	24,0	28,9	912,23	1 093,48	- 16,6
Suco de laranja	82,2	59,2	23,0	38,9	180,9	109,5	72,4	66,7	454,46	545,55	- 16,7
Café solúvel	75,8	116,0	- 36,2	- 31,2	30,3	37,1	6,8	- 18,3	1 629,31	3 125,96	- 15,9
Carne bovina industrializada	70,5	81,0	- 10,5	- 13,0	42,2	34,8	7,4	21,3	1 672,83	2 325,31	- 28,1
Fios de algodão	67,8	66,4	1,4	2,1	41,9	28,3	13,6	48,1	1 617,53	2 346,28	- 31,0
Manteiga de cacau	60,2	100,0	- 39,8	- 39,8	21,6	28,8	7,2	- 25,0	2 792,11	3 475,41	- 19,7
Madeira de pinho serrada	55,5	50,0	5,5	11,0	165,4	134,8	30,6	22,7	335,43	371,29	- 9,7
Óleo de mamona em bruto	51,6	128,4	- 76,8	- 59,8	91,1	155,8	- 64,7	- 41,5	567,03	624,32	- 31,2
Peles e couros preparados curtidos	48,2	37,8	10,4	27,5	9,9	7,5	2,4	32,0	1 832,58	5 077,16	- 3,8
Lã (exclusive fios)	46,2	43,8	2,4	5,5	27,5	18,0	9,5	52,8	1 633,77	2 433,10	- 30,8
Malça (comestive) e não comestive	45,6	58,8	- 13,2	- 22,4	881,5	1 004,5	- 123,0	- 12,2	51,66	58,55	- 11,8
Carne equina, refrigerada ou congelada	40,2	39,6	0,6	1,5	39,8	42,4	- 2,6	- 6,1	1 010,94	935,33	8,1
Amendoim em grãos	32,2	28,2	4,0	14,2	59,2	53,0	6,2	11,7	544,70	531,92	2,4
Óleo de amendoim em bruto	31,8	30,5	1,3	4,3	37,3	31,6	5,7	18,0	852,40	905,69	- 11,7
Banana	30,7	22,6	8,1	35,8	147,3	156,0	- 8,7	- 5,6	208,19	145,12	43,5
Sisal	30,1	114,1	- 84,0	- 73,6	52,0	139,0	- 87,0	- 62,6	578,45	821,00	- 29,5
Carne bovina, refrigerada ou congelada	8,5	29,5	- 21,0	- 71,7	5,3	19,2	- 13,9	- 72,4	1 599,47	1 540,21	3,8
TOTAL DOS PRODUTOS SELECIONADOS	4 646,0	4 622,2	23,8	0,5	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	547,0	587,0	- 40,0	- 6,8	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS EXPORTAÇÕES AGROPECUÁRIAS	5 193,0⁽²⁾	5 209,2	- 16,2	- 0,3	-	-	-	-	-	-	-
EXPORTAÇÕES GLOBAIS	8 655,2	7 951,0	704,2	8,9	-	-	-	-	-	-	-

FORNECEDOR DOS DADOS BÁSICOS: CACEX

NOTAS: (1) Produtos Agropecuários, segundo Metodologia adotada pela FAO, compreende os itens: agricultura, pecuário, alimentício, pesqueiro e florestal.
 (2) Estimativa.

das exportações, invertendo a tendência de depender cada vez mais de uns poucos produtos.

Na atual fase de lançamento de programas especiais, notadamente o POLOCENTRO e o da GRANDE DOURADOS conviria, além de facilitar o pleno desenvolvimento agrícola dessas regiões, estimular a agricultura a gerar excedentes exportáveis dos produtos que apresentam reais possibilidades no mercado mundial.

● Preços recebidos pelos agricultores

Os preços dos produtos agrícolas mostraram comportamento bastante diversificado em 1975; enquanto os preços dos produtos vegetais cresceram rapidamente, superando por larga margem o índice geral de preços, os da produção de origem animal evoluíram em ritmo bem mais lento, registrando alterações muito abaixo daquelas observadas naquele índice.

Tais elevações verificaram-se principalmente em alguns poucos produtos, especialmente café (81%), cana-de-açúcar (50%) e mandioca (77%). O mesmo se deu com os bens de origem animal, onde apenas dois tiveram papel importante na contenção dos preços: o boi de corte (10%) e o suíno de corte (-5%).

O crescimento do índice de preços dos produtos agropecuários ficou próximo do aumento do índice geral (em torno de 29%), indicando certo equilíbrio. Mas, comparações entre os preços recebidos e pagos pelo setor agrícola, no Estado de São Paulo, indicam que 1975 foi um ano de recuperação para a agricultura, pois os índices de paridade (preços recebidos divididos por preços pagos), que fixavam-se em torno de 90% em dezembro de 1974, elevaram-se para 111% no mesmo mês do ano seguinte. Convém mencionar que os preços das lavouras no Estado de São Paulo elevaram-se em ritmo mais acelerado, provocando uma alteração de 42% no índice de preços dos produtos agropecuários, portanto bastante superior aos 29% observados para o País como um todo.

Mesmo com as divergências entre as informações, é possível inferir que a agricultura foi beneficiada com as variações

dos preços pagos e recebidos em 1975, pois, de um modo geral, os preços dos insumos não sofreram altas superiores aos 29% observados para preços recebidos, indicando uma recuperação na relação de trocas em favor do setor agrícola.

Os índices de paridade da Fundação Getúlio Vargas indicam vantagens para os agricultores de Minas Gerais, do Espírito Santo, de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina, e desvantagens para os do Rio Grande do Sul, do Ceará e de Pernambuco, concluindo-se daí que as principais regiões agrícolas apresentam tendência à recuperação depois das perdas sofridas em 1974.

● INSUMOS MODERNOS

A utilização de insumos modernos não se comportou, em 1975, de acordo com as previsões, exceção feita às máquinas agrícolas, que continuaram crescendo no mesmo ritmo acelerado dos últimos anos, superando inclusive as taxas de crescimento previstas pelo II PND.

Essa retração no uso de insumos modernos não pode ser facilmente explicada. Diversos fatores econômicos atuam simultaneamente sobre as decisões dos agricultores, destacando-se, entre os positivos, os subsídios a juros e preços e a redução de preços reais a partir do segundo semestre de 1975, ao passo que afetaram negativamente a economia rural queda dos preços internacionais dos principais produtos de exportação e aumento nos preços dos combustíveis e lubrificantes, dos transportes e de alguns insumos modernos, principalmente durante o primeiro trimestre de 1975.

O uso de insumos é afetado pelas variações de área que ocorrem anualmente. Alguns produtos tiveram aumentos significativos em termos de áreas cultivadas, enquanto em outros reduziu-se o plantio, ou os atingiram geadas, como ocorreu principalmente com o café.

TABELA Nº 5

Exportações Brasileiras - 1974-1975 e Comparações com as Metas do II PND

PRODUTOS	1974 (1.000 tn)		Variação Previsão II PND		1975 (1.000 tn)		Variação 1975 R/P	Variação 1975/1974 (%)	METAS DO II PND 1979 (mil t) Previsão	A realizar 1976/1979 (J)
	Previsão (A)	Realizado (B)	(%) (C)	Previsão (D)	Realizado (E)	(%) (F)				
							(G)	(H)	(I)	(J)
Algodão em caroço (1)	1.100	506	5,6	1.162	626	- 536	- 53,9	23,7	1.444	818
Café em grãos (2)	1.150	758	1,6	1.168	835	- 333	- 71,5	10,2	1.244	409
Cana de Açúcar (1)	36.102	27.178	2,0	38.629	-20.296	-18.333	- 52,5	- 25,3	50.630	30.334
Laranja (3)	1.516	746	10,0	1.668	1.239	- 429	- 74,3	66,1	2.442	1.203
Milho em grãos	749	1.109	49,6	1.121	1.148	27	-102,4	3,5	5.616	4.468
Soja em grãos (4)	5.147	5.438	6,2	5.466	7.512	2.046	37,4	38,1	6.950	(562)

FONTE: CACEX

NOTAS: (1) - Equivalente das exportações sob a forma de produto final

(2) - Inclusive café solúvel

(3) - Equivalente em laranja in natura

(4) - Inclui farelo de soja convertido em grãos

Cálculos: Coluna D = Ax(B+100) - 100

Coluna F = E - D

Coluna G = F : D x 100

Coluna F = (Ex100): B - 100

Coluna J = I - E

Os números entre parênteses significam que as previsões foram superadas.

Todos esses fatores, aliados a intervenções nos preços a varejo, influíram de alguma forma sobre as decisões dos agricultores em utilizar insumos modernos, e devem ser levados em conta ao se investigar o comportamento insatisfatório da evolução do uso desses insumos.

● Fertilizantes

Apesar das tentativas governamentais de intensificar o uso de fertilizantes, os resultados ficaram abaixo dos obtidos em 1974, embora em números absolutos as previsões tenham sido ligeiramente superadas.

Como os demais, este importante insumo foi afetado por uma série de fatores, ressaltando-se entre os econômicos a redução entre 25% e 27% nos preços reais dos fertilizantes, obtida através de subsídio de 40% e da restituição da taxa de juros em 13% e 15%, ao mesmo tempo em que os preços reais caíam no mercado entre 10% e 15%, em relação ao ano anterior, no período que precede ao plantio nas principais regiões agrícolas do País. Pode-se mencionar ainda como fator positivo o aumento, relativamente grande, da área plantada com culturas que mais utilizam fertilizantes - soja, trigo e cana-de-açúcar.

Apesar da influência desses fatores, o consumo de fertilizantes, em 1975, foi 2,4% inferior ao de 1974. Esse comportamento possivelmente se explicaria pela retração dos preços dos produtos agrícolas no mercado externo, principalmente, no segundo semestre de 1974 e no primeiro de 1975. Além disso, os preços dos fertilizantes continuavam se elevando aceleradamente em termos nominais, só se alterando essa tendência no segundo trimestre de 1975. Possivelmente, ainda influenciados por essas condições negativas, os agricultores optaram pela redução de seus riscos, reduzindo dispêndios com esse insumo.

Mesmo aplicando recursos estimados em Cr\$ 1,0 bilhão, o Governo não conseguiu aumentar o consumo de fertilizantes;

É possível, porém, que o consumo houvesse sido muito menor sem o subsídio, embora seja impossível, com base nas informações disponíveis, analisar esse aspecto.

O abastecimento de fertilizantes continuou dependente do mercado externo, e neste aspecto o dado positivo foi o crescimento da produção interna de nitrogênio, em cerca de 50%.

● Defensivos

O consumo de defensivos foi consideravelmente reduzido em 1975, tanto em relação ao ano anterior (-25%), como em relação às previsões do II PND (-33%). O fator preponderante para esse comportamento, foi a redução no uso de fungicidas nos cafezais atingidos pelas geadas de julho. O consumo de fungicidas diminuiu de 67%, em relação ao ano anterior, e as previsões do II PND para 1975 foram realizadas em apenas 30%.

Os inseticidas também tiveram seu consumo reduzido, apesar das condições favoráveis para sua ampliação, mencionando-se como fator negativo apenas a redução da área plantada com algodão, um dos produtos que mais os utiliza.

Os herbicidas superaram as previsões do II PND para 1975 em 17% e o consumo do ano anterior em 31%. Esse crescimento acelerado pode indicar alterações na composição de uso dos fatores de produção, principalmente no Centro-Sul, revelando uma tendência em substituir a mão-de-obra por uma combinação de outros fatores, no caso equipamentos e defensivos. Certamente o uso desses produtos, caso ocorra de maneira inadequada, pode resultar em problemas futuros, em consequência dos danos acarretados ao meio ambiente.

● Rações

O crescimento da produção de rações entre 1974 e 1975, estimado em 10,3%, seria considerado significativo, não estivesse muito abaixo das previsões do II PND. Quando comparados os dados

previstos e os efetivamente realizados em 1975, nota-se a consecução de apenas 89% da meta estabelecida.

A explicação dessa perda de ritmo pode ser dada na normalização do mercado de carne bovina, com preços mais estáveis, reduzindo-se conseqüentemente o poder competitivo da carne avícola. Por outro lado, a estabilização por mais de um ano dos preços nominais dos ovos provocou uma retração dos avicultores especializados neste produto.

Outro aspecto importante a ser mencionado no uso de rações industriais é a sua concentração em avicultura, onde são consumidos cerca de 76% da produção total. O consumo para suínos está em torno de 12% e não deve atingir mais de 1/3 do rebanho existente. Em relação à produção bovina, a utilização é ainda mais reduzida, destinando-se a ela apenas 9% da produção de rações, sendo sua quase totalidade destinada ao rebanho leiteiro. As outras espécies de animais são responsáveis por menos de 3% do consumo de rações. Esses números indicam, além de baixo grau de tecnologia na obtenção de produtos de origem animal, existência de vantagens na criação extensiva, principalmente na produção bovina.

● Máquinas agrícolas

O setor de máquinas agrícolas foi o mais dinâmico entre os insumos modernos, superando os resultados do ano anterior em 24% e as previsões estabelecidas pelo II PND em 27%.

A expansão das vendas de máquinas agrícolas em 1975, comparada à retração de outros insumos, pode indicar que a agricultura brasileira continuará sua expansão pela incorporação de novas áreas e que se intensifica a substituição de mão-de-obra por equipamento, notadamente no Centro-Sul. Isto pode ser confirmado pela expansão da área plantada e da venda de máquinas e principalmente pela venda de tratores de esteira, cujo crescimento foi de 32,5%, o mais elevado entre os tratores. Nota-se que o uso de tratores de esteira com fins agrícolas no Brasil eleva-se a 80%, contra a média mundial estimada em 10%.

TABELA Nº 6

FERTILIZANTES, DEFENSIVOS E RAÇÕES

PRODUÇÃO DE 1974-1975 E COMPARAÇÕES COM AS METAS DO II PND

PRODUTOS	1974 (mil t)		Variação Anual Prevista II PND (G) (C)	1975 (mil t)		1975 E/D (F)	Variação (%) 74/75 (G)	METAS DO II PND 1979 (mil t)	
	Previsto II PND (A)	Realizado (B)		Previsto (D)	Realizado (E)			Prevista (H)	A realizar (I)
<u>Fertilizantes</u>	<u>1.640</u>	<u>1.977</u>	<u>14,0</u>	<u>1.870</u>	<u>1.930</u>	<u>103,2</u>	- <u>2,4</u>	<u>3.158</u>	<u>1.228</u>
Nacional		676	-	-	724	-	7,1		
Importado		1.301	-	-	1.206	-	- 7,3		
<u>Nitrogênio</u>	<u>392</u>	<u>373</u>	<u>21,8</u>	<u>453</u>	<u>383</u>	<u>84,5</u>	<u>2,7</u>	<u>1.052</u>	<u>669</u>
Nacional	-	107	-	-	160	-	49,5		
Importado	-	266	-	-	223	-	- 16,2		
<u>Fósforo</u>	<u>816</u>	<u>1.003</u>	<u>10,3</u>	<u>908</u>	<u>1.041</u>	<u>114,6</u>	<u>3,8</u>	<u>1.330</u>	<u>289</u>
Nacional	-	569	-	-	564	-	- 1,0		
Importado	-	434	-	-	477	-	9,9		
<u>Potássio</u>	<u>432</u>	<u>600</u>	<u>12,4</u>	<u>509</u>	<u>506</u>	<u>94,4</u>	- <u>15,7</u>	<u>776</u>	<u>270</u>
Importado	-	600	-	-	506	-	- 15,7		
<u>Defensivos</u>	<u>101</u>	<u>102</u>	<u>16,3</u>	<u>113</u>	<u>76</u>	<u>67,3</u>	- <u>25,5</u>	<u>215</u>	<u>102</u>
Nacional	-	22	-	-	26	-	18,2		
Importado	-	79	-	-	50	-	- 36,7		
<u>Inseticida</u>	<u>44</u>	<u>44</u>	<u>16,6</u>	<u>48</u>	<u>41</u>	<u>85,4</u>	- <u>6,8</u>	<u>95</u>	<u>47</u>
Nacional	-	14	-	-	15	-	7,1		
Importado	-	30	-	-	26	-	- 13,3		
<u>Fungicida</u>	<u>42</u>	<u>42</u>	<u>13,5</u>	<u>47</u>	<u>14</u>	<u>29,6</u>	- <u>66,7</u>	<u>79</u>	<u>32</u>
Nacional	-	8	-	-	9	-	12,5		
Importado	-	34	-	-	5	-	- 85,3		
<u>Herbicida</u>	<u>15</u>	<u>16</u>	<u>22,2</u>	<u>18</u>	<u>21</u>	<u>116,7</u>	<u>31,3</u>	<u>41</u>	<u>23</u>
Nacional	-	2	-	-	2	-	-		
Importado	-	14	-	-	19	-	35,7		
<u>Rações</u>	<u>5.700</u>	<u>5.223</u>	<u>14,0</u>	<u>6.498</u>	<u>5.762</u>	<u>88,7</u>	<u>10,3</u>	<u>11.000</u>	<u>4.502</u>
Aves	-	3.950	-	-	4.358	-	10,1		
Suínos	-	642	-	-	708	-	10,3		
Bovinos	-	484	-	-	534	-	10,3		
Outras	-	139	-	-	162	-	16,5		

FONTES: II PND - Sindicatos

Cálculos: Coluna D = A (C + 100) - 100

Coluna F = E - D x 100

Coluna G = (E x 100) : D - 100

Coluna I = H - E

TABELA Nº 7

Tratores e Área Cultivada

Dados de 1974 e Comparações com as Metas do II PND

PRODUTOS	1974 (unidades)		Variação Anual Prevista II PND (%) (C)	1975 (unidades)		1975 E/D (F)	Variação (%) 1975/1974 (G)	METAS DO II PND	
	Previsto II PND (A)	Realizado (B)		Previsto II PND (D)	Realizado (E)			Previsto (H)	A realizar 1976/1979 (I)
TRATORES									
<u>Produção Anual</u>	<u>45.459</u>	<u>52.884</u>	<u>12,9</u>	<u>51.338</u>	<u>65.406</u>	<u>127,4</u>	<u>23,6</u>	<u>83.268</u>	<u>17.862</u>
4 Rodas	-	43.810	-	-	56.873	-	29,8	-	-
esteiras	-	2.415	-	-	3.200	-	32,5	-	-
micro	-	2.986	-	-	2.167	-	-27,4	-	-
Cultivadores	-	3.673	-	-	3.166	-	-13,8	-	-
Tratores existentes	233.911	266.138	24,8	291.998	316.641	143,9	18,9	510.907	194.066
Área Cultivada (milhões de ha)	42,0	40,8	4,0	43,7	42,2	96,6	3,5	50,0	7,8

FONTES: II PND - ANFAVEA - IBGE

Cálculos: Coluna D = A (C + 100) : 100

Coluna F = E : D x 100

Coluna G = (E x 100) : B - 100

Coluna I = H - E

Sementes Melhoradas

Produção de 1974/75 e Comparações com as Metas do II PND

Produtos	1974 (mil t)		Variação (%)		1975 (mil t)		1975 E/D (G)	Variação (%) 1975/74 (H)	METAS DO II PND (mil t)	
	Previsão II PND (A)	Realizado (B)	Previsão II PND (C)	Realizado (D)	Previsão Realizado (E)	Variação (F)			Previsão (I)	A realizar 1976/1979 (J)
	Algodão Herbáceo	36,4	47,0	4,8	38,1	43,7	5,6	114,7	- 7,0	46,0
Amendoim	-	6,2	-	-	6,5	-	-	4,8	-	-
Arroz	102,9	94,6	13,9	117,2	88,2	-29,0	75,3	- 6,8	196,9	108,7
Batata	53,3	17,6	17,0	62,4	16,1	-46,3	25,8	- 8,5	118,1	102,0
Feijão	12,2	1,9	23,1	15,0	2,1	-12,9	14,0	-10,5	34,5	32,4
Milho	90,2	55,5	10,1	99,3	78,6	-20,7	79,2	42,7	145,7	67,1
Soja	526,1	443,9	7,6	566,1	442,5	-123,6	78,2	- 0,3	758,7	316,2
Trigo	218,1	236,2	8,0	235,5	213,2	- 22,2	90,5	- 9,7	329,6	107,4

FONTE: Ministério da Agricultura

Cálculos: Coluna D = B x (a + 100) - 100

Coluna F = E - D

Coluna G = E : D x 100

Coluna H = (E x 100) : B - 100

Coluna J = I - E

TABELA Nº 9

Sementes Melhoradas

Comparações entre o realizado e as Metas do II PND

PRODUTOS	1974 (%)		Variação Anual Prevista II PND (%) (C)	1975 (%)		1975 E/D (F)	METAS DO II PND 1979 (%)	
	Previsito II PND (A)	Realizado (B)		Previsito II PND (D)	Realizado (E)		Previsita (G)	A realizar 1976/1979 (H)
	Sementes Melhoradas	40,0	38,9	4,6	41,8	39,9	95,5	50,0
Algodão Herbáceo	55,4	71,0	4,2	57,7	63,6	110,2	68,2	6,7
Arendoim	20,2	14,4	25,0	25,3	15,7	62,1	61,1	74,3
Arroz	25,9	27,2	12,7	29,2	21,5	73,6	47,0	70,8
Batata	17,7	7,8	14,9	20,3	7,1	35,0	35,4	80,9
Feijão	4,5	0,8	40,0	6,3	0,9	14,2	24,5	96,3
Milho	48,3	28,0	5,4	50,9	40,9	80,4	62,9	35,0
Soja	82,6	86,3	1,2	83,6	77,1	92,2	87,7	12,1
Trigo	89,5	96,0	0,8	90,2	72,7	80,6	93,7	22,4
Margarica	0,0	0,0	-	-	-	-	0,2	100,0

FONTE: Ministério da Agricultura

Cálculos: Coluna D = A x (C + 100) : 100

Coluna F = E : D

Coluna H = (E x 100) : G - 100

Nota-se ainda que a produção de máquinas pequenas (microtratores e cultivadores) foi consideravelmente reduzida em 1975, provavelmente em função das grandes perdas ocorridas na produção hortícola, provocadas pelas geadas.

● CRÉDITO RURAL

A política de crédito rural continuou bastante ativa em 1975, colocando à disposição dos produtores novos recursos que propiciaram contratos no valor de Cr\$ 90 bilhões, aproximadamente. Esse volume superou em 86% os valores correntes do ano anterior, significando acréscimo de 46% em termos reais. Com esse resultado conseguiu-se ultrapassar a previsão de crescimento do II PND, estabelecida em 14,7%.

Além das linhas tradicionais de crédito rural, responsáveis pela maior parte da aplicação dos recursos, o Governo continua incentivando as atividades produtivas com novos programas especiais, através dos quais os recursos do orçamento monetário e do próprio orçamento da União são repassados em melhores condições e de forma orientada, destacando-se recentemente o POLOCENTRO e o POLONORDESTE.

Dentro da linha de orientação de investimentos na agricultura através do crédito, novos programas estão sendo preparados, como é o caso do programa para os agricultores de baixa renda, e outros são modificados, sempre com o objetivo de aumentar a eficiência da agricultura e de utilizar melhor o crédito como fator de desenvolvimento e de redistribuição de renda.

Ainda com o objetivo de melhorar a eficiência do setor agrícola destacam-se as aplicações em insumos subsidiáveis (exclusive máquinas agrícolas), que atingiram Cr\$ 15,8 bilhões, 68% a mais que o ano anterior. Embora o crescimento dos créditos para insumos modernos tenha ficado abaixo do crescimento das aplicações totais em crédito rural, isso não significa falta de dina-

mismo da política de crédito, mas retração no uso desses insumos, principalmente defensivos e fertilizantes. Mesmo assim os créditos para esses dois insumos superaram em 48% as previsões do II PND.

Menciona-se ainda que a taxa de aumento dos preços pagos pelos agricultores, que foi de aproximadamente 20%, manteve-se abaixo do índice geral de preços, o que daria um crescimento real dos créditos para insumos subsidiáveis de 40%, bastante próximo do valor encontrado para o crédito rural como um todo.

Considera-se como aspecto negativo na política de crédito a sua incapacidade, até o momento, de melhorar a distribuição regional na aplicação dos recursos. As informações disponíveis indicam que as regiões Sul e Sudeste absorveram 76% dos créditos, enquanto o Nordeste ficou com apenas 12,7%. Nota-se, por outro lado, o aumento da participação da região Centro-Oeste, que absorveu 10,1% do montante, em 1975, contra 8,6% em 1974. Para os insumos subsidiados, as aplicações são ainda mais concentradas, ficando 83% com as regiões Sul e Sudeste e apenas 8,7% para o Nordeste. Neste caso, observa-se ainda maior evolução da região Centro-Oeste, cuja participação passou de 5,5% em 1974 para 7,9% em 1975.

Quanto à distribuição dos créditos segundo sua finalidade, observa-se tendência de expansão da participação dos créditos para investimentos, que já atinge 31,3%, contra 28,1% em 1969, em detrimento dos créditos para custeio, cuja participação decresceu de 46,5% em 1969 para 43,8% em 1975. Os créditos para comercialização permaneceram estáveis, em torno de 25% do total aplicado.

TABELA Nº 10

Crédito Rural - Por Regiões, Atividades e Finalidades

1971 a 1974

(CR\$ milhões)

Especificação	1974		1975		Variação entre 1974-1975 (%)
	Valor	%	Valor	%	
<u>Aplicação por Regiões</u>					
Norte	483	1,0	1.170	1,3	142,2
Nordeste	5.600	11,6	11.439	12,7	104,3
Sudeste	20.516	42,5	33.921	37,7	65,3
Sul	17.474	36,2	34.379	38,2	96,7
Centro-Oeste	4.200	8,7	9.088	10,1	116,4
<u>Total</u>	<u>48.273</u>	<u>100,0</u>	<u>89.997</u>	<u>100,0</u>	<u>86,4</u>
<u>Aplicação por Atividades</u>					
Lavouras	34.805	72,1	63.462	70,5	82,3
Pecuária	13.468	27,9	26.535	29,5	97,0
<u>Total</u>	<u>48.273</u>	<u>100,00</u>	<u>89.997</u>	<u>100,0</u>	<u>86,4</u>
<u>Aplicação por Finalidades</u>					
Custeio	21.734	45,0	39.446	43,8	81,5
Investimento	14.612	30,3	28.123	31,3	92,5
Comercialização	11.927	24,7	22.428	24,9	88,0
<u>Total</u>	<u>48.273</u>	<u>100,0</u>	<u>89.997</u>	<u>100,0</u>	<u>86,4</u>

FONTE: Banco Central do Brasil

AÇÃO GOVERNAMENTAL

● CONSIDERAÇÕES GERAIS

● Ministério da Agricultura

Em cumprimento à sua função precípua de estimular o setor agropecuário a elevar seus níveis de produção e produtividade, e assim atingir as metas fixadas no II PND, o Ministério da Agricultura aplicou Cr\$ 3,8 bilhões dos Cr\$ 4,8 bilhões programados para o exercício de 1975; destes recursos, Cr\$ 3,6 bilhões estavam previstos no orçamento e Cr\$ 1,2 bilhão foram posteriormente adicionados pelos programas especiais. Dificuldades em identificar todas as fontes dos recursos (apenas uma parte destes são providos pelo Tesouro) e, em alguns casos, a incapacidade das unidades orçamentárias em executar toda a sua programação são apontadas como fatores decisivos da aplicação de recursos aquém das previsões. Por outro lado, o fato de os gastos correntes terem atingido 94% das previsões, enquanto os investimentos apenas 68%, pode ser indício de superestimação da capacidade de investimentos dos órgãos responsáveis ou de problemas de canalização e liberação de recursos.

Os resultados da execução orçamentária indicam que o INCRA, o IBDF, a SUDEPE, a CIBRAZEM e a COBAL estiveram mais distantes do cumprimento de suas programações financeiras do que os demais órgãos do Ministério.

A administração indireta despendeu, em 1975, 56% dos recursos. Deste total, 74% foram de responsabilidade do INCRA, EMBRAPA e EMBRATER.

Sugere-se um reexame nos mecanismos de programação e

TABELA II

Ministério da Agricultura
Execução Orçamentária 1975

Em Cr\$ mil

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS E ENTIDADES VINCULADAS	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				TOTAL			
	Recursos do Tesouro		Recursos de Outras Fontes		Recursos do Tesouro		Recursos de Outras Fontes		Previsto	Realizado		
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA												
- Gabinete do Ministro	797.308	779.025	-	-	663.533	593.095	295.883	228.087	1.756.724	1.600.207		
- Secretaria Geral	67.967	67.647	-	-	65.127	53.122	-	-	133.094	120.769		
- Inspeção Geral de Finanças	99.654	95.842	-	-	234.666	216.242	41.335	41.335	375.655	353.419		
- Comissão de Segurança e Informações	2.640	2.609	-	-	250	246	-	-	2.890	2.855		
- Departamento de Administração	933	873	-	-	515	482	-	-	1.508	1.355		
- Departamento Nacional de Produção Animal	23.326	22.884	-	-	8.495	7.930	-	-	31.821	30.814		
- Departamento Nacional de Inspeção de Produtos de Origem Animal	6.273	5.277	-	-	225.917	206.989	147.196	137.548	379.386	349.814		
- Departamento Nacional de Produção Vegetal	7.815	7.754	-	-	1.397	1.132	-	-	9.212	8.980		
- Departamento Nacional de Engenharia Rural	26.429	23.585	-	-	83.638	65.737	107.352	49.204	217.419	138.586		
- Departamento Nacional de Serviços de Comercialização	3.351	3.162	-	-	18.126	18.008	-	-	21.477	21.170		
- Departamento Nacional de Meteorologia	3.170	2.979	-	-	10.025	9.599	-	-	13.195	12.578		
- Departamento Pessoal	4.990	4.574	-	-	14.896	13.259	-	-	19.886	17.843		
	550.700	541.839	-	-	481	339	-	-	551.181	542.178		
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

TABELA 11

Ministério da Agricultura

Execução Orçamentária 1975

(continuação)

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS E ENTIDADES VINCULADAS	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				TOTAL	
	Recursos do Tesouro		Recursos de Outras Fontes		Recursos do Tesouro		Recursos de Outras Fontes		Previsto	Realizado
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	496.785	496.217	671.677	579.126	428.935	267.576	1.454.171	834.343	3.002.049	2.131.132
- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural	133.150	132.773	-	-	54.903	54.853	60.600	60.600	248.653	248.226
- Banco Nacional de Crédito Cooperativo	-	-	-	-	500	500	-	-	500	500
- Comissão de Financiamento da Produção	4.484	4.484	29.230	21.494	-	-	12.557	3.507	46.271	29.485
- Companhia Brasileira de Armazenamento	-	-	-	-	66.410	66.410	218.000	79.630	284.410	146.040
- Companhia Brasileira de Alimentos	-	-	-	-	40.100	40.100	28.200	-	68.300	40.100
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal	50.895	50.895	50.119	46.315	28.125	15.910	101.115	61.901	230.254	175.021
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	69.500	69.500	441.928	364.980	160.747	26.275	611.063	319.863	1.283.238	780.618
- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca	31.388	31.388	455	50	32.538	18.338	82.965	8.171	147.346	57.947
- Superintendência Nacional do Abastecimento	57.366	57.175	-	-	20.112	19.690	84.700	84.700	162.178	161.565
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	150.002	150.002	150.545	146.472	25.500	25.500	254.376	215.971	580.423	537.945
TOTAL GERAL	1.294.093	1.275.242	672.277	579.311	1.092.468	860.671	1.750.054	1062.430	4.808.297	3.777.654

TABELA 12
 PROJETOS INTEGRADOS DE COLONIZACAO ; ALGUNS INDICADORES - 1975*

REGIÕES	COLONOS ASSENTADOS (família)	CASAS DE COLONOS CONSTRUÍDAS (unidade)	ESTRADAS VICINAIS	
			CONSTRUÍDOS (km)	CONSERVADOS (km)
NORTE	17.059	1.309	1.467	1.390
NORDESTE	4.499	396	666	592
SUDESTE	1.234	966	512	298
SUL	1.275	63	84	575
CENTRO-OESTE	2.207	30	76	500
<u>TOTAL</u>	<u>26.274</u>	<u>2.764</u>	<u>2.985</u>	<u>3.355</u>

FONTE: Relatório Anual das CR's.

* Refere-se ao Assentamento Executado até 1975.

TABELA 13

DISCRIMINAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - TITULAÇÃO
EXERCÍCIO - 1975

REGIÕES / ESTADOS	TÍTULOS DE POSSE (Nº DOCUMENTOS)
<u>NORTE</u>	<u>17.398</u>
PARÁ	10.546
RORAIMA	415
AMAZONAS	1.065
RONDÔNIA	3.990
ACRE	258
AMAPA	1.124
<u>NORDESTE</u>	<u>3.861</u>
MARANHÃO	3.459
CEARÁ	44
PERNAMBUCO	128
BAHIA	230
<u>SUDESTE</u>	<u>1.419</u>
S. PAULO	131
M. GERAIS	402
R. JANEIRO	886
<u>SUL</u>	<u>11.805</u>
R. G. SUL	7.577
STA. CATARINA	1.039
PARANÁ	3.189
<u>CENTRO-OESTE</u>	<u>3.156</u>
M. GROSSO	1.118
GOIÁS	1.984
D. FEDERAL	54
<u>TOTAL</u>	<u>37.639</u>

FONTE: INCRA/DF

TABELA 14

DEMONSTRATIVO DAS DISCRIMINAÇÕES DE TERRAS DEVOLUTAS, CONCLUÍDAS NAS ÁREAS DE JURISDIÇÃO DO INCRA

ESTADOS CU TERRITÓRIOS	(em mil ha)			
	1973	1974	1975	TOTAL ATÉ 1975
<u>AMAZÔNIA LEGAL</u>				
PARÁ	167	1.912	1.104	3.183
AMAPÁ	-	277	679	956
AMAZONAS	-	-	1.120	1.120
ROPAIMA	295	2.465	-	2.750
ACRE	-	8	-	8
PONDÔNIA	3.156	-	1.213	4.369
MARANHÃO	-	231	11	242
MATO GROSSO	505	166	139	810
GOMÁS	-	1.746	4.378	5.124
SUETOTAL	4.123	6.805	8.644	19.572
<u>EXTRA-AMAZÔNIA</u>				
MATO GROSSO	-	-	473	473
SANTA CATARINA	-	38	145	183
RIO DE JANEIRO	-	3	-	3
PARANÁ	-	2	11	13
RIO GRANDE DO SUL	-	1	-	1
SUETOTAL	-	44	62	673
TOTAL	4.123	6.849	9.273	20.245

FONTE: DF/CDTD

execução orçamentária, com vistas à melhoria do desempenho do Setor Público na agricultura.

● Ministério do Interior

O Ministério do Interior tem dado substancial apoio ao desenvolvimento agrícola, através dos programas de irrigação e, de uma maneira geral, dos programas de desenvolvimento rural, a cargo dos departamentos de agricultura das superintendências regionais.

Em 1975, apenas nos programas de irrigação administrados pelo DNOCS e pela CODEVASE/SUVALE, inclusive manutenção desses órgãos, foram aplicados cerca de Cr\$ 1,2 bilhão. Conforme explicitado em capítulo específico, tiveram eles muitas dificuldades na implantação de seus projetos. É recomendável portanto, providências no sentido de ajustar a programação desses órgãos às peculiaridades das etapas de execução.

Torna-se importante, da mesma forma, acompanhar mais detidamente os programas das superintendências e dos outros órgãos do Ministério do Interior relativos à agricultura.

● Ministério da Indústria e do Comércio

O Ministério da Indústria e Comércio, através do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, do Instituto Brasileiro do Café - IBC e da Superintendência da Borracha - SUDHEVEA, despendeu, em 1975, Cr\$ 9,3 bilhões, na coordenação da produção e da comercialização do açúcar, do café e da borracha. Neste total estão incluídos Cr\$ 4,9 bilhões de empréstimos para fusão e modernização da indústria açucareira e para modernização da lavoura canavieira, e Cr\$ 3,0 bilhões para regularização de preços da cana e do açúcar no mercado interno.

Nas atividades e projetos agrícolas foram aplicados Cr\$ 192 milhões e nas demais atividades comerciais e industriais

Cr\$ 1,7 bilhão.

Ainda não existe entrosamento entre a política para aqueles três produtos, coordenada pelo Ministério da Indústria e do Comércio, e a política para a agricultura, como um todo, comandada pelo Ministério da Agricultura. Considera-se fundamental uma maior participação da SEPLAN no sentido da compatibilização dessas políticas.

● APOIO AO SETOR AGROPECUÁRIO

As ações do Governo Federal no setor agrícola - através dos Ministérios da Agricultura, da Indústria e do Comércio e do Interior - é bastante intensa, devido principalmente à atuação discreta dos estados, salvo algumas exceções, e à competência do Governo Federal em relação a algumas atividades.

● Pesquisa agropecuária

O orçamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, para 1975, foi de Cr\$ 580 milhões dos quais foram despendidos Cr\$ 538 milhões - Cr\$ 296 milhões com despesas correntes e Cr\$ 242 com despesas de capital.

Os Cr\$ 176 milhões, provenientes do Tesouro, foram totalmente despendidos, sendo Cr\$ 150 milhões em despesas correntes e Cr\$ 26 milhões em despesas de capital.

A EMBRAPA executou sua programação mediante ações diretas, delegadas e/ou contratadas. A ação direta desenvolveu-se através dos centros nacionais, centros de recursos, Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos, UEPAEs e Centro de Tecnologia Agrícola e Alimentar; a ação delegada, através das em

presas estaduais de pesquisa; e a ação contratada, por meio de projetos especiais, com envolvimento principalmente de universidades.

A EMBRAPA continuou o processo de implementação de seu modelo operacional de pesquisas, tendo iniciado a implantação efetiva de seus 11 centros nacionais de produtos, dos 13 centros regionais de recursos, do Centro Nacional de Recursos Genéticos e do Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos. Além disso, a EMBRAPA criou 24 unidades de execução de pesquisas de âmbito estadual ou territorial.

Nos estados de Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo, a EMBRAPA apoiou técnica e financeiramente as empresas estaduais criadas em 1974.

Incluindo as empresas estaduais, foram desenvolvidos cerca de 800 subprojetos de pesquisa, envolvendo mais de 40 produtos e 7 criações.

Destaca-se ainda o Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos, que em 1975 promoveu o treinamento, a nível de pós-graduação, de 600 pesquisadores da empresa.

A EMBRAPA enfrentou algumas dificuldades na execução da programação em 1975, basicamente por ser o seu orçamento dependente de recursos, de outras fontes (70%), que nem sempre são liberados de acordo com os cronogramas.

⊙ Assistência técnica e extensão rural

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER criada em fevereiro e instalada em abril de 1975 - em substituição à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR, tem por finalidade básica organizar o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Para tanto,

procura unificar a assistência e extensão sob uma mesma orientação, evitando a duplicidade de órgãos e incentivando a criação de unidades estaduais com responsabilidade para assumir a assistência técnica e extensão rural em seus respectivos Estados.

A EMBRATER vem participando, entre outros Programas Especiais, do POLOCENTRO, POLAMAZÔNIA, POLONORDESTE, PRODEPAN, PROAGRO, PLANAN e PNCS.

Todas as metas estabelecidas para 1975 foram atingidas ou ligeiramente superadas, valendo destacar a assistência prestada a 2.540 municípios, através de 1.528 escritórios locais e 152 regionais, onde trabalham 5.258 técnicos dos quais 2.824 de nível superior, e a orientação a 402 mil agricultores. Deve ser mencionada ainda a efetivação de 63 mil contratos de crédito agrícola, no valor de Cr\$ 4,2 bilhões.

A EMBRATER realizou 95% de seu orçamento de Cr\$ 270 milhões, dos quais Cr\$ 223 milhões foram repassados às unidades estaduais integradas ao SIBRATER. Encontra-se em fase final de negociações os acordos com outros órgãos federais, no sentido de centralizar os repasses para as atividades de extensão, procurando com isso orientar e unificar a programação do SIBRATER. Órgãos como a CODEVASF e o DNOCS já aderiram ao sistema, embora ainda não esteja bem definida a responsabilidade sobre assistência técnica nos perímetros irrigados.

No que se refere aos programas especiais, o trabalho da EMBRATER tem sido intenso. Integrou-se ao POLOCENTRO desde seu início, participando ativamente na preparação do roteiro para elaboração dos projetos agrícolas e da sua avaliação. Contudo, os recursos alocados à disposição da empresa são considerados insuficientes, em função dos recursos humanos que tem exigido, principalmente, com a ampliação da área original.

A participação no POLAMAZÔNIA foi iniciada com o recebimento de recursos e da programação. Entretanto, a programação carecia de maior detalhamento, não especificando quais as atividades

que deveriam ser desenvolvidas e qual o programa de trabalho efetivo. Isso resultou em um programa de metas físicas, ou seja, instalação de escritórios, aquisição de equipamentos e contratação de pessoal, que acabariam por ficar ociosos por não disporem de um programa de trabalho e mesmo em alguns casos, pela inexistência da necessidade de serviços de extensão rural.

O POLONORDESTE foi outro programa em que a EMBRATER não foi chamada a participar no momento e nem na forma adequada. Com isso ela elaborou um programa de treinamento para técnicos que deveriam ser distribuídos por todas as áreas selecionadas, sem qualquer vínculo com os projetos de desenvolvimento rural integrado, resultando em um programa superdimensionado, que teve de ser reduzido posteriormente, deixando os recursos liberados ociosos; daí a realização de apenas 17% dos gastos previstos. Da mesma forma, sua participação nas atividades de extensão dos projetos integrados só efetivou-se depois do trabalho concluído, resultando em necessidade de adaptação dos serviços de extensão ou dos projetos, ocasionando perda de tempo e atraso no início das atividades.

No PRODEPAN parece que ocorreram as maiores distorções, ou seja, a concentração dos técnicos em Corumbá tornou a equipe totalmente ociosa; por outro lado, a inexistência de linhas especiais de crédito para o Pantanal consolidou a ociosidade da equipe, que ficou sem seu instrumento básico para implantar os serviços de extensão rural naquela região. A sugestão é reformular todo o projeto de extensão rural, redistribuir o pessoal técnico pelos demais municípios da área, além de criar uma linha especial de crédito, antes de duplicar a equipe técnica - uma das metas do programa - pois isso significará apenas aumento do número de técnicos ociosos.

O Programa Nacional de Conservação de Solos exigiu da EMBRATER um grande esforço de programação, com grande dispêndio de recursos materiais e humanos, implicando em custos elevados, sem que o programa viesse a ser implantado, pela inadequada programa

ção das fontes de recursos e pelo não estabelecimento das linhas especiais de crédito.

O SIBRATER tornou-se responsável pela implementação do Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro - PLAMAN, anteriormente ligado ao Departamento Nacional da Produção Animal - DNPA, que consiste basicamente em um programa de crédito rural orientado para a pecuária leiteira.

Por outro lado as geadas e secas ocorridas em 1975 aumentaram as atividades do SIBRATER, pela necessidade da elaboração de laudos para ressarcimento dos prejuízos junto ao Programa de Garantia das Atividades Agropecuárias - PROAGRO.

A EMBRATER está trabalhando no sentido de melhorar suas atividades administrativas, com o objetivo de proporcionar aos técnicos maior tempo disponível, a ser dedicado à assistência técnica e à orientação dos agricultores. Atualmente grande parte do trabalho técnico é gasto com atividades burocráticas, em função dos programas de crédito orientado.

Também é necessário salientar que a pequena quantidade de pesquisa agrícola disponível torna o trabalho da extensão rural menos produtivo; além disso, a relutância dos agentes financeiros em aceitar os indicadores dos novos pacotes tecnológicos tem dificultado a implantação de setenta alternativas de tecnologia que foram colocados à disposição do SIBRATER e da EMBRAPA.

● Organização agrária

O INCRA vem adotando política de conclusão a curto prazo de todos os programas operacionais, principalmente aqueles de execução direta, relativos às unidades de colonização implantadas pelo poder público antes do INCRA e que foram transferidos à esfera deste, por força do decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970.

Em 1975, foi dada continuidade aos trabalhos iniciados em 1972, promovendo-se a conclusão dos planos de ação elaborados a partir daquele exercício, em conformidade com um modelo técnico para estudo dos níveis operacionais de projetos a serem emancipados.

Com isto, tem-se objetivado propiciar condições para que a consolidação de núcleos de colonização e sua conseqüente emancipação se procedam respaldadas em atividades promocionais reparadas com os órgãos oficiais e particulares, principalmente no que se refere a saúde, educação, habitação, assistência técnica, comercialização e crédito.

As informações disponíveis sobre os projetos integridos de colonização são insuficientes, não permitindo uma visualização do universo abrangido, o que não invalida seja inferido julgamento negativo sobre o processamento até os dias atuais daquele instrumento de política de reforma agrária.

● Discriminação e regularização fundiária

A atividade de discriminação de terras assume grande importância para a política de colonização e reforma agrária desenvolvida pelo INCRA, na medida em que agrega extensas áreas devolutas à programação do órgão e à iniciativa privada.

Só na Amazônia Legal, onde a lei inclui entre os "bens da União" as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de cada lado dos eixos das rodovias federais, compete ao INCRA a tarefa de proceder a discriminação de mais de 3,1 milhões de km², ou seja, mais de 30% da área total do País.

Para alcançar os objetivos da discriminação de terras devolutas e incorporação ao patrimônio público daquelas consideradas como desocupadas, com regularização das posses e reconheci

mento dos títulos legítimos, tornou-se um imperativo a implantação de uma infra-estrutura física de apoio sistemático às tarefas a serem desenvolvidas nas próprias localidades de discriminação.

Essas estruturas constituem, na organização do INCRA, os Projetos Fundiários, hoje em número de 30, com suas 13 Unidades Fundiárias (UF's), as Coordenações Regionais (CRF's) em número de 7 e a Coordenadoria Geral (CGPF's), além dos pólos já definidos, que são também em número de 7.

A titulação é enfocada como a atividade fim do processo de regularização fundiária, através da qual é permitido o acesso ordenado e definitivo à propriedade rural.

Não se pode negar que essa atividade, por sua própria natureza, exige um acentuado dinamismo e que vem merecendo a atenção especial dos órgãos envolvidos no programa, daí resultando em substancial aumento da outorga de instrumento de titulação, de ano para ano.

TABELA 15

Evolução do Processo de Titulação de Posse da Terra
1965-1975

ANO	TÍTULOS DE POSSE DE DOCUMENTOS OUTORGADOS	VARIAÇÃO (%) EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
1965-1970	4.497	-
1971	2.896	-
1972	6.102	111
1973	8.737	43
1974	28.823	230
1975	37.639	31

FONTE: Relatório INCRA/DF

Por paradoxal que possa parecer, é relativamente inexpressivo, à vista da magnitude do problema fundiário, o que se tem conseguido no Nordeste, onde em 1975, titulou-se 3.861 propriedade, das quais 3.459 no Maranhão.

Em se considerando ser o Ceará área prioritária de reforma agrária, com apenas 44 titulações, e Pernambuco área de tensão social, com 128 titulações, é justificável admitir-se estar ocorrendo um processo de inversão de valores, isto implicando na necessidade de se imprimir maior prioridade na execução da política de redistribuição de terras no Nordeste, via PROTERRA.

● Cadastro e Tributação

Foi concluído no decorrer do exercício, o cadastro técnico em torno da Área Metropolitana de Recife, abrangendo 13 municípios, correspondendo a uma área cadastrada de 375 mil ha.

No tocante à tributação, além da promoção da emissão e arrecadação de impostos e taxas, o INCRA implantou o pagamento especial por computação.

Dentro de sua política de modernização dos métodos de trabalho, visando a um melhor desempenho na execução das atividades inerentes ao cadastro e tributação, o INCRA elaborou o Manual Capital, com a finalidade de atender à manutenção dos cadastros; com operacionalização do fluxo de documentos em linhas de produção.

O lançamento do exercício de 1975 e conseqüente emissão da guia do ITR, Taxa de Cadastro, Contribuição ao INCRA e Contribuições Sindicais - CNA e CONTAG, ocorreram já no final do exercício, razão porque, mesmo tendo sido arrecadadas muitas guias, não se considerou, para efeitos de arrecadação em 1975, vez que os valores só foram transferidos pela rede bancária para os beneficiários da arrecadação no mês de janeiro de 1976.

TABELA 16

VALORES LANÇADOS PELO INCRA (* EMISSÃO ITR/75)

REGIÕES	ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS - Cr\$ milhões									
	C U I A S		C N A	CONTAG	CONT. INCRA	TAXAS	DÉBITO ANTERIOR	TOTAL		
	I T R									
	Quantidades	Valor-Cr\$ mil								
BRASIL	2.790	360,3	142,2	138,8	201,3	137,4	712,8	1.693,0		
NOITE	92	8,3	2,7	3,4	11,3	7,4	44,7	80,7		
NO-DESTE	1.120	46,3	19,0	38,7	34,9	39,3	161,3	330,5		
SUDESTE	983	142,5	52,4	48,2	67,3	34,9	234,4	579,7		
SUL	1.355	114,9	51,4	38,0	38,8	32,7	148,3	424,1		
CENTRO-OESTE										

FONTE: DC

* A arrecadação só entrará no exercício de 1976.

TABELA 17

Programa de Eletrificação Rural - 1975

Unidades da Federação	METAS FÍSICAS			Recursos Aplicados Cr\$ mil
	kva instalados	km de redes	prop. Atingidas (unid.)	
ALAGOAS	3.650	247	176	10.404
CEARÁ	6.536	705	916	10.703
GOIÁS	15.340	2.016	1.436	48.752
MINAS GÉRAIS	16.421	1.781	1.723	58.124
PARANÁ	24.765	1.366	3.002	70.073
PARAÍBA	1.870	113	130	3.436
PERNAMBUCO	8.986	468	702	14.271
R.G. DO SUL	22.489	5.080	14.186	119.157
SANTA CATARINA	17.365	1.519	4.363	50.671
SÃO PAULO	14.593	1.344	1.656	46.885
TOTAL	132.015	14.639	28.290	432.376

OBS. Recursos MA/GEER/INCRA/BID/COOPERATIVAS

TABELA 18

Execução Financeira do INCRA, 1975

Cx\$ 1.000,00

Fontes	UNIÃO		FIN		PROFERRA		DIRETAMENTE ARRECADADOS		TOTALS	
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R
Programas	69.500	69.426					389.844	320.407	459.344	339.811
Coordenação da Política de Colonização e Reforma Agrária							155.921	92.355	155.921	92.355
Investigação e Indicações de Imóveis							91.763	78.878	121.649	96.236
Regularização Fundiária					29.806	17.358	37.400	37.274	37.400	37.274
Facção e Acolhimento de Colocados Rurais										
Projeto de Colonização de Sobralinho										
Seleção de Áreas para Colonização					117.000	38.595	5.260	1.829	117.000	33.595
Desenvolvimento de Projetos Integrados de Colonização									5.260	1.829
Expansão e Ocupação de Novas Áreas							67.373	49.110	67.373	49.110
Implementação e Integração do Sistema Cooperativo			170.588	131.775			57.486	24.885	228.074	156.660
Administração Técnica do Setor Agropecuario	16.540	16.540					31.422	13.582	48.361	39.122
Distribuição de Faltas e Licenças de Eletrificação Rural							26.910	21.704	26.910	21.704
Programa, Assistência e Difusão do Associativismo	9.735	9.735			3.742	2.292	132.522	15.040	135.999	27.067
Manutenção da Unidade Agroindustrial de Caxamã							6.620	4.587	6.620	4.587
Projeto POCAL							15.000	-	15.000	-
Unidades Habitacionais em Brasília							20.000	20.000	20.000	20.000
Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público							10.000	214	10.000	214
T O T A L S	91.775	95.701	170.588	131.775	150.628	50.245	1.052.791	684.843	1.469.779	970.564

Obs: P = Programado R = Realizado

TABELA 19

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA - ATIVIDADES PROGRAMAS E EXECUTADOS - 1975

ATIVIDADES	UNIDADE DE MEDIDA	NO PERÍODO		PROPORÇÃO REALIZADA
		PREVISTO	REALIZADO	
- Assistência técnica/contábil e administrativa	cooperativas	500	375	75,0
- Organização contábil	cooperativas	500	309	61,8
- Estudos de áreas	estudos	12	25	208,3
- Treinamento p/dirigentes de cooperativas	treinamentos treinandos	62 1.240	55 691	88,7 55,7
- Treinamentos de cooperativismo p/técnico	treinamentos treinandos	05 100	03 63	50,0 63,0
- Estudo de zoneamento de cooperativas	Estudos	12	25	208,3
- Fusão de Cooperativas	Fusão	07	07	100,0
- Incorporação de cooperativas	Incorporação	19	19	100,0
- Constituição de cooperativas	Constituição	100	101	101,0
- Desmembramento de cooperativas	Desmembramento	01	01	100,0
- Sancamento de cooperativas	Sancamento	200	107	53,5
- Estágio p/Gerentes de cooperativas	Estágio	25	47	188,0
- Estágio para técnicos em cooperativas	Estágio	23	72	313,0
- Encontro de técnicos	Encontro Técnicos	04 159	04 159	100,0 100,0
- Seminários cooperativistas	Seminário	22	18	81,8
- Auditorias em cooperativas	Participantes Auditorias	600 24	542 11	82,1 45,8
- Elaboração de Projetos para implantação de PIDCOOP nos Estados do RN e GO	Projetos	02	02	100,0
- Levantamento organizacional em cooperativas	Cooperativas	59	33	55,9
- Avaliação do Projeto Iguazu de cooperativismo	Avaliação	01	01	100,0
- Convênios cooperativistas	Convênios	07	05	71,4
IN CRA/Gov. Estaduais Firmados em 1975 em vigência de 1975	Convênios	06	06	100,0
- Convênios e/ou contratos com outras Entidades	Convênios e/ou Contratos	05	05	100,0
- Campanha cooperativista	Campanha	01	01	100,0
- Divulgação cooperativista	Exemplares	50.000	15.000	30,0
- Supervisão PIDCOOPs	Supervisão	30	30	100,0
- Reuniões IN CRA/Entidades Integradas do Cooperativismo	Reuniões	46	114	247,8
- Fiscalização de Cooperativas	Cooperativas	2.100	1.525	56,5
- Participação em Assembleias Gerais de Cooperativas	Assembleias G. Cooperativas	500 31	306 31	61,6 100,0
- Intercâmbio de cooperativas	Entidades/Assoc. (Cooperativas)	21 15	21 15	100,0 100,0
- Projeto de financiamento cooperativas do PIC's-Comerc. Especialização e equipamentos	Projeto Cooperativas	01 05	01 05	100,0 100,0
- Organização de Entreponto	Entreponto	01	01	100,0
- Treinamento PIC's.	Treinamentos Treinandos	100 3.000	70 600	70,0 20,0

● Eletrificação Rural

Uma análise retrospectiva do programa de eletrificação rural mostrará que este atingiu seu clímax no decorrer do exercício de 1975, quando metas altamente significativas, tanto físicas quanto financeiras, foram alcançadas, dentro do previsto pelo Projeto MA/GEER/INCRA/BID/COOPERATIVAS.

Contudo, em vista de ter sido aquele Projeto quase totalmente executado em 1975, abstrair-se-á de qualquer comparações relativas a recursos financeiros, concedidos sob a forma de financiamentos aos mutuários do programa.

A magnitude do dinamismo pode ser observada principalmente pela comparação das seguintes metas físicas alcançadas, entre 1975 e 1974: de 25 923 kva instalados em 1974, alcançou-se potência de 132.015 kva em 1975; de 3.439 km de redes em 1974, atingiu-se 14.639 km em 1975 e 28 290 propriedades foram atendidas em 1975, contra 4.231 em 1974.

● Cooperativismo

A política de desenvolvimento cooperativista se fundamenta, essencialmente, na modernização das sociedades cooperativas e na integração em níveis intercooperativo, horizontal e vertical. As principais realizações levadas a efeito no período foram:

- capacitação de pessoal para a organização e administração de cooperativas;
- treinamento de técnicos em cooperativismo;
- organização contábil e administrativa de cooperativas;

- zoneamento de cooperativas;
- saneamento de cooperativas economicamente in
viáveis;
- celebração de convênios entre o INCRA e os governos estaduais para a promoção e assistência ao cooperativismo;
- organização do sistema de distribuição nos Projetos Integrados de Colonização (PIC's), através de empresas cooperativas, e a implantação paralela de sistemas de crédito rural e de comercialização.

● Plano de Padronização Contábil para as Cooperativas Brasileiras

O Plano de Padronização Contábil para as Cooperativas Brasileiras (PLANCOOP) teve como escopo promover a padronização da estrutura contábil das sociedades cooperativas, a fim de racionalizar seu desempenho administrativo e a permitir maior eficiência e controle das referidas entidades, reversíveis sob a forma de aprimoramento, pelo INCRA, de suas atividades assistenciais às entidades desse sistema.

O Plano se concretiza:

- a título de assistência técnico-contábil a cooperativas de diversas modalidades;
- através de treinamento e reciclagem para o pessoal técnico vinculado ao cooperativismo;
- pela edição e distribuição de manuais referentes ao assunto.

IMPLANTAÇÃO DO PLANCOOP EM COOPERATIVAS

INDICADORES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		ELETRIFICAÇÃO RURAL		CONSUMO		PRODUÇÃO		TOTAL	
	Exist.	PLANCOOP	Exist.	PLANCOOP	Exist.	PLANCOOP	Exist.	PLANCOOP	Exist.	PLANCOOP
Nºs	200	71	226	147	353	203	1.152	719	1.931	1.140
%	35,5		65,0		57,5		62,4		59,0	

(*) Excluídas as cooperativas escolares

Sindicalismo

Entre as atividades desenvolvidas na área do Projeto Integrado para o Desenvolvimento do Sindicalismo - PIDSIN, destacam-se a realização de cursos de treinamento no interesse do aprimoramento dos quadros sindicais do País e capacitação da mão-de-obra agrícola, objetivando propiciar ao homem do campo condições de obter melhores produção e produtividade.

O cadastramento sindical atingiu cerca de 70% dos sindicatos existentes no País abrangendo 14 estados da federação.

INDICADORES	UNID. CONTROLE	QUANT.	ESTADOS
Cursos e/ou treina- mentos sindicais	Cursos	115	PE, AM, PA, ES, PI
	Sind. Atingidos	303	PB, SC, MG e CE
	Treinamentos	3.407	AL, MA, RS e PR
	Est. Atingidos	15	SE, RJ
Assistência e Orien- tação Sindical	Sindicatos	56	ES, MG, RJ
	Est. Atingidos	4	RJ
Campanhas	Beneficiários	20.814	PA, PB, CE,
	Est. Atingidos	4	RJ
Cadastro Sindical	Sindicatos	1.600	PI, GO, CE, SE, RJ
	Est. Atingidos	14	PB, PE, AL, BA, MT SP, MG, AM, AC
Encontros	Nº de Encontros	17	MT, SC, MG, RS, CE, RJ
	Nº de particip.	897	ES (Est. nos quais fo- ram realizados)
Semanas Sindicais	Semana	5	MG, MA (idem)
	Participantes	75	
Capacitação em Agro- pecuária	Treinamento	66	SP, PR, MG
	Sindicatos	280	CE, SE, RN
	Treinados	1.473	MT
	Mun. Ating.	163	

● Desenvolvimento florestal

Para o ano de 1975 a dotação orçamentária do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento-Florestal IBDF alcançava um mon tante de Cr\$ 230 milhões, dos quais foram aplicados Cr\$ 175 milhões em atividade a cargo do IBDF e no Projeto de Desenvolvimento Flo-restal.

O Projeto Desenvolvimento Florestal inclui os subpro-jetos Consolidação e Implantação de Parques e Reservas Florestais e Pesquisa Florestal, os quais objetivam possibilitar ao IBDF um me lhor desempenho de suas atividades de proteção, conservação e fis-calização da flora e da fauna, mediante:

- consolidação física, jurídica, institucional e administrativa dos parques e reservas equivalentes, já instituídos em lei, criação de novos parques e reservas, de forma a proteger 10% da Amazônia e 5% do resto do País;
- compatibilização dos interesses do reflorestamento com os imperativos de caráter ecológico;
- integração da economia florestal - madeireira às atividades rurais e industriais;
- aumento da eficiência da exploração florestal pela incorporação de tecnologia da silvicultura industrial madeireira e comercial;
- recuperação, por meio do reflorestamento de fins ecológicos, das áreas devastadas e não aproveitadas, de maneira a restabelecer o equilíbrio hídrico, climático, edáfico e biológico em áreas afetadas por desmatamento indiscriminado.

Para o Projeto Desenvolvimento Florestal foram previstos, para o ano de 1975, Cr\$ 68 milhões dos quais Cr\$ 19,8 milhões de recursos ordinários, Cr\$ 8,3 milhões de recursos vinculados ao Tesouro, (PIN e PROTERRA) e Cr\$ 40 milhões de crédito externo, que só foram concretizados no segundo semestre, prejudicando sobremaneira o desenvolvimento do projeto.

TABELA 20

Projeto de Desenvolvimento Florestal no Brasil
 Execução Financeira em 1975

SUBPROJETOS	DISPÊNDIOS		PROPORÇÃO EXECUTADA (%)
	Previsto	Realizado	
- Parques e Reservas	15.430	6.477	42
- Pesquisas Florestais	52.695	18.185	35
TOTAL	68.125	24.662	36

● Subprojeto de Consolidação e Implantação de Parques e Reservas Florestais

O atraso verificado na liberação dos recursos destinados ao subprojeto Consolidação e Implantação de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes prejudicou sensivelmente o seu desenvolvimento nos termos inicialmente propostos.

Mesmo assim, conseguiu-se executar as seguintes atividades: dinamização dos trabalhos de manutenção e preservação dos parques nacionais e reservas biológicas; alocação de recursos financeiros aos parques nacionais de Igauçu, Serra de Bocaina, Brasília e Sete Cidades, para indenização de beneficiários existentes em seus territórios; desapropriação de áreas, mediante decreto, para ampliação da Reserva Bilógica de Poço das Antas; apresentação de justificativas para a extinção do Parque Nacional de Sete Quedas, a ser inundado com a construção da represa de Itaipu; autorização ao

INCRA para desapropriação de áreas nos parques nacionais de Serra Canastra e Serra da Bocaina; e proposição de criação do Parque Nacional do Pantanal de Mato Grosso.

● Subprojeto Pesquisa Florestal

Dentro das limitações impostas pelas dificuldades de contratação e atrasos nas liberações de alguns recursos (PIN, POLAMAZÔNIA e POLOCENTRO), pode-se considerar que o Projeto alcançou um nível satisfatório de execução. As pesquisas realizadas são de excelente nível técnico e pretendem atender, a curto prazo, a problemas regionais.

Em 1975, foram realizadas as seguintes atividades: criação da subestação de Manaus, já em funcionamento, objetivando o desenvolvimento de trabalhos de manejo de áreas silvestres e silvicultura; e elaboração dos projetos incluídos no POLAMAZÔNIA cujos recursos (Cr\$ 8,1 milhões) foram liberados no final do ano.

No cômputo geral encontram-se em andamento, promovidos pelo IBDF, cerca de 135 programas de pesquisas, sendo 1 Programa Especial de Pesquisas Florestais e os restantes programas regulares de pesquisas florestais, assim distribuídos: Brasília: 8; Norte: 18; Cerrado: 28; e Sul: 81.

Os recursos aplicados foram da ordem de Cr\$ 18,2 milhões.

● Reflorestamento

A concessão de incentivos fiscais aos empreendimentos florestais, através da Lei nº 5.016, de 2 de setembro de 1966, e de outros estatutos legais subsequentes, ocasionou um extraordinário surto de reflorestamento no País.

Incentivos Fiscais - Evolução dos Recursos por Fundos e Programas Especiais, 1970 a 1975.

Cr\$ mil

Fundo e Programas Especiais	Anos					
	1970	1971	1972	1973	1974	1975
FINOR	798,8	1 064,4	794,1	1.107,6	1 697,3	2 565,2
FJNAM	351,7	475,1	297,7	380,6	664,1	812,8
FISSET	<u>386,8</u>	<u>737,4</u>	<u>552,2</u>	<u>780,8</u>	<u>1 151,4</u>	<u>1 160,1</u>
Pesca	215,2	227,4	101,6	103,9	89,6	101,0
Reflorestamento	103,1	416,5	365,6	558,0	904,3	937,5
Turismo	68,5	93,5	55,0	118,9	157,5	121,6
FIN	-	-	1 003,6	1 336,9	2 166,4	2 964,7
PROTERRA	-	-	616,4	1 335,4	1 436,1	1 976,5
OUTROS (*)	6,9	162,7	306,4	598,3	992,2	317,5
Total	1 544,2	2 439,6	3 540,7	5 539,6	8 107,5	9 796,8

Fontes: Secretaria da Receita Federal e Banco do Brasil S.A.

(*) EMBRATER, MOBKAJ e GERES

Observação: Os fundos FINOR, FINAM e FISSET foram instituídos pelo Decreto-lei nº 1 376, de 12/12/74, com uma nova sistemática para administração dos incentivos fiscais.

Com a política de incentivos fiscais de reflorestamento, foram implantados no Brasil, até 1975, cerca de 1,782 milhão de hectares, totalizando um plantio de 3,974 bilhões de árvores, num investimento da ordem de Cr\$ 4,445 bilhões, com a aprovação de 8.993 projetos.

Em 1975 foram aprovados projetos que permitiram reflorestar cerca de 423 mil hectares, com um investimento de Cr\$ 2,520 bilhões.

A nova sistemática adotada no País, pelo Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, a partir de julho de 1975, proporcionou a aplicação de recursos do Fundo de Investimentos Setoriais - Fiset - Florestamento e Reflorestamento, no ano de 1975, no total de Cr\$ 1,399 bilhão.

● Programa Nacional de Papel e Celulose

De acordo com o Programa Nacional de Papel e Celulose, está prevista a implantação de florestas, abrangendo um total de 1,208 milhão de hectares, durante o período 1976-1980.

● Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal

● Produção de gusa a carvão vegetal

A produção de gusa a carvão vegetal, programada pelo II PND para 1980, deverá atingir a 7,7 milhões de toneladas. Basicamente, toda a produção de gusa estará concentrada dentro dos atuais pólos siderúrgicos brasileiros, orientada no sentido de utilizar, ao máximo, seus próprios recursos energéticos, visando reduzir a dependência externa.

É inegável também o fato de que as reservas florestais, nativas e exploráveis das áreas de carvoejamento, não supor

tarão a demanda criada com a execução do Programa, mantidos os atuais níveis de reflorestamento.

● Disponibilidade de carvão vegetal

Nos próximos oito anos, para atender a demanda do Plano Siderúrgico Nacional, considerando a utilização de parte das florestas homogêneas, plantada até 1976, ainda deverão ser utilizadas florestas nativas nos seguintes percentuais:

ANO	EUCALIPTO (%)	NATIVAS (%)
1976	8,8	91,2
1977	12,8	87,2
1978	13,5	86,5
1979	16,1	83,9
1980	19,6	80,4
1981	16,1	83,9
1982	18,9	81,1

FONTE: IBDF

Em área a ser desmatada, anualmente, a participação das florestas nativas será a seguinte:

ANO	ÁREA ANUAL DE DESMATE (mil ha)	ÁREA DE DESMATE ACUMULADA (mil ha)
1976	314	314
1977	331	646
1978	361	1.000
1979	380	1.387
1980	389	1.776
1981	417	2.193
1982	412	2.605

Projeção de Plantio de Florestas para Suprimento de Carvão Vegetal às Indústrias Siderúrgicas

Anos	Produção de Gusa (1 000 t)	Consumo de Florestas (1 000 mdc)	Plantio de Florestas (1 000 ha)	Suprimento de Carvão - Florestas Plantadas		Déficit a ser coberto por Florestas turpis (1 000 mdc)
				Produção Plantios Após 1976 (1 000 mdc)	Produção Plantios Anteriores a 1976 (1 000 mdc)	
1976	4 819	17 203	245	-	1 511	(15 592)
1977	5 331	19 032	245	-	2 443	(16 589)
1978	5 843	20 860	245	-	2 809	(18 051)
1979	6 355	22 694	245	-	3 658	(19 036)
1980	6 867	24 200	245	-	4 746	(19 454)
1981	7 033	24 827	245	-	3 990	(20 337)
1982	7 199	25 412	245	-	4 799	(20 613)
1983	7 366	26 002	245	22 270	4 570	836
1984	7 533	26 592	245	22 270	4 531	209
1985	7 700	26 800	245	22 270	4 924	394

Da área de 2,6 milhões de ha, o Estado de Minas Gerais deverá participar com um total de 2,1 milhões de ha. Da sua área total, o Estado dispõe de 2,0 milhões de ha cobertos com vários tipos de florestas nativas-exploráveis, inclusive o cerrado. Considerando que parte desta reserva florestal deve atender também ao consumo de lenha in natura para diversas finalidades, conclui-se que nas atuais áreas de carvoejamento haverá um certo equilíbrio entre a demanda e o suprimento de carvão vegetal para atender a meta do II PND.

Ressalve-se a imperiosa necessidade de ser o setor siderúrgico auto-suficiente em carvão vegetal proveniente de florestas homogêneas, a partir de 1983, como condição de sobrevivência.

Para que o setor siderúrgico atinja a auto-suficiência em carvão vegetal, através da implantação de maciços, deverá ser reflorestada, anualmente, a partir de 1976, uma área complementar da ordem de 245 mil ha, ou seja, um total de 2.450 mil ha nos próximos 10 anos.

Se forem mantidos os níveis atuais de plantio de florestas para fabrico de carvão vegetal, a produção de gusa à base desse termo redutor atingirá apenas 4,8 milhões de toneladas. A complementação da produção para o atingimento da meta preconizada pelo Governo implicará em um dispêndio da ordem de US\$ 120 milhões, anualmente, para importação de carvão mineral, além dos investimentos necessários à adequação do processo produtivo, em função do uso deste tipo de redutor.

● Produção de madeira processada mecanicamente (serrada, laminada, faqueada e outras)

Embora tais necessidades não tenham sido dimensionadas ou previstas através de um programa governamental específico,

foi julgado conveniente analisar este importante segmento da economia madeireira, tendo em vista a situação de extrema escassez de matéria-prima para estes produtos, em especial na região Centro-Sul do País.

Levando-se em conta o consumo substancial destes produtos na atualidade, o desaparecimento e o distanciamento progressivo das fontes naturais de abastecimento e o conseqüente encarecimento dos fretes rodoviários, nada mais justo do que quantificar as necessidades a médio e longo prazo, em um programa voltado para esta área.

Para quantificar as quotas anuais de plantio, partiu-se das seguintes premissas:

● o consumo nacional de madeira roliça em 1972 alcançou os 21,2 milhões m^3 , correspondente a produção de 11 milhões m^3 de produtos industrializados (madeira serrada, laminada, faqueada e chapas) derivada de matas nativas na sua grande maioria;

● para efeito de cálculo, admitiu-se que este consumo se mantenha constante nos próximos 30 anos, período tomado como razoável para que a substituição de matas nativas por florestas plantadas se complete integralmente; evidentemente tal especulação foi tomada em bases bastante conservadoras, mas não deverá invalidar os resultados, antes pelo contrário, deverá reforçá-los;

● admitiu-se ainda que os maciços florestais instalados para esse fim e manejados em "ciclos longos" deverão entrar em fase de produção comercial a partir do 14º ano, mediante desbastes seletivos; nestas condições, espera-se destinar no máximo 40% do material produzido para as serrarias, laminadoras, etc., e os restantes 60% para os complexos celulósicos - papeleiros integrados; desta forma, se ao final dos 30 anos forem produzidos 450 m^3 sólidos por hectare, no máximo 180 m^3 sólidos serão processados mecanicamente;

● obviamente a produção de 60% destinada aos complexos celulósicos-papeleiros não poderá ser incorporada ao Programa Nacional de Papel e Celulose, já que há uma defasagem de produção entre os dois programas;

● no entanto, é necessário deduzir 12% do volume total de madeira a ser produzida pelos distritos florestais dos atuais estados madeireiros; além disso, previu-se que os distritos florestais, mais os reflorestadores, isolados, poderiam produzir, adicionalmente, cerca de 1,1 milhão de m^3 , num ciclo de 20 anos, isto considerando-se uma área de 110 mil ha, e um incremento de $15 m^3/ha/ano$, e um rendimento industrial de 28%;

● logicamente, a necessidade de reposição baseada em ciclo longo situa-se em torno dos 9,9 milhões de m^3 , para os 30 anos, donde se pode concluir, empregados os índices de conversão e rendimento aqui adotados, que a necessidade de reflorestamento para atender esta área, anda em torno dos 105 mil hectares/ano;

● o volume de madeira utilizado como lenha para o uso doméstico e industrial, em geral não é levado em consideração; no entanto, é de grande importância pela sua ordem de grandeza e significado social; sabe-se que o consumo anual é de 110 mil m^3 e atende às necessidades das camadas da população de menor renda.

Assumindo uma demanda de lenha bastante conservadora, a níveis constantes, chega-se a uma necessidade de reflorestamento anual de 110 mil ha, elegendo-se como essência florestal o eucalipto, manejado num regime de talhadia simples e regular. Tais dados, entretanto, não foram incorporados ao presente relatório.

Observando-se que no período 1976-1980, mesmo mantido o percentual de incentivos fiscais ao reflorestamento - de 25% sobre o imposto de renda das pessoas jurídicas - haverá um déficit

de plantio, em relação às reais necessidades, da ordem de 38%. Com a incidência da redução do percentual de incentivos fiscais, imposta pelo Decreto-lei nº 1.307 de 16 de janeiro de 1974, tal déficit será da ordem de 58% (1.700 mil/ha), comprometendo, drasticamente, o atendimento dos setores específicos previstos pelo Plano Nacional de Papel e Celulose e pelo Plano Siderúrgico Nacional, além do atendimento das outras áreas industriais e sociais de interesse.

TABELA 23

Necessidade de áreas de efetivo plantio para o atendimento do Programa Nacional de Papel e Celulose, do Programa Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal e da Produção de Madeira Processada Mecanicamente

(mil ha)

Ano	Área para papel e celulose	Área para carvão vegetal	Área para madeira processada mecanicamente	Área total
1976	196	245	105	546
1977	209	245	105	559
1978	234	245	105	584
1979	260	245	105	610
1980	300	245	105	650
TOTAIS	1.199	1.225	525	2.949

FONTE: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF

TABELA 24

Comparação entre necessidades e possibilidades de reflorestamento a partir das projeções de incentivos fiscais, no período 1976 - 1980

ANO	A	B	C	D	E
	Área possível de reflorestar s /a redução	Área possível de reflorestar com a redução	Necessidade total de plantio	Déficit de área para plantio sem a redução (C - A)	Déficit de área para plantio com a redução (C - B)
1976..	319	268	546	227	278
1977..	338	257	559	221	302
1978..	362	246	584	222	338
1979..	387	232	610	223	338
1980..	414	238	650	236	411
TOTAIS..	1 810	1 241	2 949	1 129	1 707

Fonte: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

As reservas florestais nativas exploráveis nas atuais áreas de carvoejamento, mantido os níveis de produção de gusa a carvão vegetal programados até 1985, estarão esgotados em 1982. O suprimento da demanda do carvão nessas circunstâncias somente será viável através de florestas plantadas em quantidade que permita a auto-suficiência do setor a partir de 1983. De outra forma, uma parcela do programa siderúrgico deverá ser atendida em carvão mineral. Para a importação deste carvão mineral, o Governo despenderá anualmente a soma de US\$ 120 milhões.

Diante dos elementos analisados, chegou-se a conclusão

são de que atualmente o Governo se depara com um grave impasse: de um lado a formulação de planos realistas que exigem volumes crescentes de matéria-prima florestal para atender a vários setores vitais da economia nacional, e de outro, os incentivos fiscais setoriais, fundamento de toda a política de reflorestamento, cujos níveis estão decrescendo paulatinamente e, portanto, tendentes a impedir a realização dos próprios planos governamentais.

O intervalo entre intenção e realidade atingirá até 1980 o percentual de 58%, caso vigore a redução de incentivos impostos pelo Decreto-lei nº 1.307 de 16 de janeiro de 1974, o que, em termos de área, corresponde a mais de 1,7 milhão de ha.

Para superar esta situação, aparentemente paradoxal, o IBDF recomenda aos órgãos governamentais superiores a procederem a uma urgente revisão em sua política fiscal, arbitrando novos índices de incentivos fiscais ao setor florestal, ante a gravidade da situação que poderá comprometer a consecução de várias metas prioritárias nacionais.

Por outro lado, há fatores limitantes de outra natureza, entre eles, o da semente florestal. O atual programa de reflorestamento está sendo realizado com espécies dos gêneros pinus e eucalyptus. A maioria das sementes de pinus é importado dos Estados Unidos e dos outros países de clima temperado. Como estas sementes não são certificadas, resulta muitas vezes a aquisição de material de qualidade inferior. As sementes de eucalyptus provêm principalmente de plantações estabelecidas no início deste século, por Navarro de Andrade, nas terras das Ferrovias Paulistas S/A - FEPASA, em Rio Claro, São Paulo. Devido à proximidade dos plantios, há grande hibridação das espécies, resultando plantações de reduzido vigor (a heterose nem sempre produz efeitos positivos) e ampla variação no índice de sobrevivência e crescimento.

Os incentivos fiscais ao reflorestamento provocaram acentuada escassez de sementes; como consequência os refloresta-

dores são forçados a usar espécies e sementes não adequadas, geralmente de qualidade inferior, que lhes têm trazido sérios prejuízos. Assim, em levantamentos recentes realizados em plantações no sul do País, foi constatado que 60% das árvores apresentam defeitos, o que só pode ser atribuído à qualidade inferior das sementes utilizadas, uma vez que, foram excluídos quaisquer outros fatores que poderiam levar àqueles resultados.

Torna-se, portanto, urgente implantar no País um sistema nacional de sementes, pelo qual se assegure a produção de sementes certificadas de qualidade superior e abundante, capaz de atender ao mercado consumidor brasileiro.

● Desenvolvimento da Pesca

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca-SUDEPE prosseguiu em suas tarefas de apoio ao setor pesqueiro e procurou se adequar internamente às novas exigências para o atendimento da quele setor.

Previu-se para a SUDEPE, em 1975, uma dotação orçamentária de Cr\$ 147 milhões, dos quais apenas Cr\$ 58 milhões foram despendidos, em parte devido às dificuldades nas negociações de crédito (Cr\$ 83 milhões), que só se concretizaram no segundo semestre, bem como ao atraso da entrega do Estudo de Viabilidade do Terminal Pesqueiro de Belém, realizado por uma consultora, retardando o início das atividades de implantação do referido terminal.

Ainda com relação aos recursos orçamentários deve-se mencionar que Cr\$ 39 milhões seriam destinados às atividades da SUDEPE e Cr\$ 108 milhões ao Projeto de Fortalecimento do Setor Pesqueiro.

O Projeto Fortalecimento do Setor Pesqueiro subdivide-se em quatro subprojetos: Pesquisa de Recursos Pesqueiros, Fiscalização da Pesca, Terminais Pesqueiros e Assistência à Pesca Artesanal.

TABELA 25

Projeto de Fortalecimento do Setor Pesqueiro no Brasil
 - Execução Financeira de 1975 -

Subprojetos	Cr\$ mil		Proporção Executada (%)
	Dispêndios no Período Previsto	Realizado	
- Pesquisas.....	46 370	16 170	35
- Terminais.....	51 080	-	-
- PESCART	6 184	6 184	100
- Fiscalização	4 790	4 750	99
Total	108 424	27 104	25

● Subprojeto de Recursos Pesqueiros

Em 1975 foram realizadas as seguintes atividades: e laboração dos planos econômicos para as bases de operação do PDP nos estados do PA, CE, RN, PB, AL, PE, BA, ES, RJ, PR, SC e RS; implantação do projeto para avaliação dos estoques de camarão; celebração de vários convênios com universidades e institutos nos estados afins; prosseguimento da implantação de 4 centros de pesquisas em águas interiores, aplicando-se Cr\$ 2,5 milhões; instalação de dois postos de coleta para consolidação do sistema de informações sobre produção, captura e esforço da pesca, referente à atividade da frota industrial, aplicando-se Cr\$ 4,1 milhões; e execução de diversas pesquisas em convênio com instituições de ensino e pesquisa.

● Subprojeto Terminais Pesqueiros.

Este subprojeto objetiva, basicamente, melhorar a ope racionalidade da frota pesqueira, bem como, criar condições para o início adequado do processo de comercialização.

Neste sentido, desde o exercício anterior, a SUDEPE vem realizando vários estudos de viabilidade econômica para a im plantação de terminais pesqueiros.

Em 1975, foram efetuados 2 estudos de viabilidade téc nica e econômica, um através do próprio órgão em Manaus, e o outro através da Hidroservice, devendo-se salientar que os recursos uti lizados foram os do exercício anterior.

O início da construção do Terminal Pesqueiro de Be lém, que deveria ocorrer em 1975, não foi efetivado devido ao atra so da entrega do estudo de viabilidade feito pela Hidroservice.

● Subprojeto Assistência à Pesca Artesanal -
PESCART

Este subprojeto objetiva a melhoria da estrutura pro dutiva das comunidades pesqueiras artesanais (no litoral e no inte rior) e dos processos de produção e comercialização, o estímulo ao associativismo e a implantação de extensão pesqueira.

Em 1975, este subprojeto teve como principais rea lizações: implantação de mais 36 unidades de extensão pesqueira e a incorporação de mais de 81 técnicos, entre engenheiros de pesca, veterinários, engenheiros agrônomos, assistentes sociais, economistas do lar e outros técnicos de nível médio; elaboração de mais de mil pequenos e médios projetos pesqueiros, com financiamento supe rior a Cr\$ 17 milhões, em cinco estados da Federação; assis tência efetiva a 68 colônias de pescadores, beneficiando a 47 mil associados; habilitação de 57 colônias de pescadores ao recebimen-

to dos benefícios da previdência social, englobando 45 mil associados em 11 estados; implantação, sob a coordenação da SUDEPE, da primeira experiência para estender os incentivos fiscais para a faixa artesanal no Estado de Santa Catarina, que virá beneficiar pescadores da área de influência do município de São Francisco do Sul; e conclusão de projeto integrado, a ser financiado pelo BID, para o setor pesqueiro artesanal do Maranhão, cujo valor ascenderá a um investimento de Cr\$ 80 milhões.

● Subprojeto de Fiscalização da Pesca

Este subprojeto vem sendo executado em quase todas as unidades da Federação, em estreita colaboração com o Ministério da Marinha, Secretaria do Meio Ambiente, IBDF e secretarias de estado de agricultura.

● Incentivos fiscais

A corrida aos incentivos fiscais teve o seu auge no período 1968-1970, quando foram aprovados 93% dos projetos, embora as liberações dos respectivos recursos tenham atingido seu ponto máximo em 1971, com Cr\$ 182 milhões. Já em 1969 começaram as empresas a perder o interesse pelos incentivos. Entre as causas do fenômeno, pode-se citar o desestímulo dos empresários de pesca, motivado principalmente pelos seguintes fatores: inadequação dos projetos à realidade quanto ao seu dimensionamento, localização, processo de produção e carência de mão-de-obra especializada; despreparo técnico-administrativo dos empresários e de gerentes na condução de suas indústrias; encarecimento do custo dos incentivos pelo especulativo mercado de captações; falta de infra-estrutura da SUDEPE na administração dos incentivos fiscais; ocorrências de fraude na documentação apresentada pelos beneficiários à SUDEPE; defasagem entre a captação de recursos e o cronograma de aplicação.

TABELA 26

Incentivos Fiscais ao Fortalecimento do Setor Pesqueiro no
 Brasil, 1967 - 1975.

Ano	Projeto Aprovados	Recursos (Cr\$ 1 000)	
		Liberados	Acumulados
1967	8	1 651	1 651
1968	45	23 391	25 042
1969	41	91 338	116 380
1970	41	148 308	264 688
1971	2	183 977	448 665
1972	-	105 075	553 740
1973	-	76 774	630 514
1974	-	104 711	735 225
1975	13	111 757	844 982
Total	150	844 982	-

FONTE: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

● Desenvolvimento da Pecuária

As principais atividades no campo da pecuária concentram-se na intensificação da inseminação artificial, no melhoramento zootécnico de animais de grande, médio e pequeno porte, na nutrição animal e na vigilância e defesa sanitária animal.

Com a finalidade de atender à demanda interna de sêmen, a produção nacional foi consideravelmente ampliada, superando as previsões para 1975 em 8,3% e os resultados do ano anterior em mais de 40%; com isso foram reduzidas as importações em 17,5% em relação ao ano anterior.

Os trabalhos de registro genealógico e provas zootécnicas, visando melhorar a produtividade e capacidade de reprodução do rebanho bovino, prosseguiram normalmente, conseguindo-se resultados próximos às previsões para 1975. Com efeito, foram registrados 249 mil bovinos, o que corresponde a 96% das metas (sem computar os dados de duas entidades das treze autoridades a executarem tal atividade).

Para animais de médio e pequeno porte, o Ministério da Agricultura instalou duas estações de avaliação, e está construindo outras três.

No que tange à nutrição animal, intensificaram-se as atividades de fiscalização, realizando-se a inspeção de 288 estabelecimentos e de 1 600 produtos. Encontram-se em instalação dois laboratórios bromatológicos com a finalidade de melhorar o padrão das análises e intensificar ainda mais as atividades neste campo.

● Programa Nacional de Saúde Animal - PRONASA

Atualmente estão imunizados em sua totalidade os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Espírito Santo e parcialmente os estados da Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

O trabalho de vacinação é coordenado pelo Departamento Nacional de Produção Animal, através da Coordenação de Combate à Febre Aftosa e executado mediante convênios com as secretarias de agricultura. Apesar das dificuldades de execução dos convênios as secretarias nem sempre dispõem das condições necessárias e o Ministério não consegue liberar os recursos referentes à sua participação dentro dos prazos previstos - a campanha tem cumprido seus objetivos. Em 1975 estavam sob controle 52 milhões de cabeças, representando cerca de 50% da população bovina, ou seja, muito próximo aos 51% previstos para o ano pelo II PND.

O custo total do programa em 1975, estimado em Cr\$ 430 milhões, foi assumido pelos Governos Estaduais e Federal (54%) e pelos proprietários (46%).

● Classificação e inspeção de produtos

● De Origem Animal

Vale destacar a grande melhoria experimentada pelo parque industrial de produtos de origem animal, motivada pela aplicação da Lei 5 760 de 3 de dezembro de 1971, que federalizou a inspeção industrial e sanitária.

Um amplo trabalho de assistência higiênico-sanitária e tecnológica ao setor industrial, orientado no sentido de adequá-lo às normas legais vigentes, vem resultando na modernização do setor, com a construção de novos matadouros frigoríficos, fábricas de laticínios e outros, dentro de padrões sanitários mais elevados.

Atuando em caráter permanente junto a indústrias de produtos de origem animal, a Inspeção Federal realizou condenação e/ou retirada do consumo, somente nos matadouros sob inspeção federal, de 33 024 carcaças bovinas e 19 907 de suínos, portadores de tuberculose e cisticercose e 572 340 carcaças de aves condenadas.

● De origem vegetal

Abrangendo todo o território nacional, o Departamento Nacional de Serviços de Comercialização - DNSC desenvolve suas atividades no sentido de padronizar, inspecionar e classificar os produtos agrícolas de origem vegetal, como também seus subprodutos e resíduos de valor econômico, comercializados no mercado interno.

Com a implantação do Regulamento Geral de Bebidas - (Lei dos Sucos), executou-se, em 1975, 3 498 registros de bebidas e 13,909 análises de bebidas e vinagres.

Foram registrados, até o exercício findo, 2 689 esta-
belecimentos beneficiadores de produtos de origem vegetal.

Pela ação da fiscalização, somente em Pernambuco, São Paulo e Santa Catarina, foram inutilizados cerca de 340 mil litros de bebidas destinadas ao consumo.

No que se refere à padronização dos produtos agríco-
las, novos padrões foram estabelecidos para a comercialização in-
terna dos seguintes produtos: rami, tomate, chuchu, cenoura, aveia,
centeio, cevada, sisal bruto, pó cerífero de carnaúba, milho, fumo
em folha cru, amêndoa e castanha de caju, amêndoa de babaçu, casta-
nha do Brasil, óleo, torta e farelo de babaçu, óleo de menta, trigo
sarraceno, pimentão e beringela.

O arroz terá as mesmas especificações de padronização,
tanto para o mercado interno quanto para o externo.

Foram classificados em 1975, cerca de 5,9 milhões de
toneladas de produtos de origem vegetal para o mercado interno e
externo.

Recursos da ordem de Cr\$ 17,1 milhões foram aplicados
pelo DNSC na classificação e inspeção de produtos de origem vegetal,
Cr\$ 1,6 milhão em estudos e pesquisas de mercado agrícola e Cr\$ 658
mil na manutenção dos serviços administrativos.

● Preços Mínimos

A política de preços mínimos, conduzida pela Comissão
de Financiamento da Produção, proporcionou em 1975, financiamentos
para a comercialização de produtos agrícolas da ordem de Cr\$ 7,6 bi-
lhões (5,5 milhões de toneladas), contra Cr\$ 2,6 bilhões em 1974
(2,8 milhões de toneladas).

O mecanismo de preços ao produtor, representado pelo
preço mínimo, é aplicado a 32 produtos agrícolas; 7 foram incluídos

no corrente ano encontrando-se em estudo a inclusão de mais cinco (lã, pimenta-do-reino, cacau, guaraná e leite em pó).

Entre as principais atividades da CFP em 1975, destacam-se;

● Fixação de preços mínimos

Realização de estudos para a fixação de preços mínimos para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, Norte e Nordeste.

● Zonas especiais de comercialização

Fixação de preços mais estimulantes para certos produtos da pauta de preços mínimos; as zonas especiais são centros de melhor infra-estrutura de comercialização (armazéns, transportes, classificação de produtos, agências bancárias etc.) onde deve ser estimulada a concentração de produção agrícola.

● Estudos conjunturais

Realização de estudos sobre o sisal, em função da queda dos seus preços no mercado internacional; do milho e do arroz, de forma a regularizar o abastecimento interno; e do algodão e da soja, visando a diagnosticar futuros comportamentos de mercado.

● Pesquisas

Zoneamento geoeconômico da política de preços mínimos; levantamento de custo de produção para os produtos da pauta de preços mínimos; diagnóstico da política de preços mínimos nos últimos anos e sugestões para o seu aperfeiçoamento; estudos para a implantação do preço base (target-price) no Brasil.

- Preços Mínimos - Evolução nas Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste nas safras 1971-1972 a 1975-1976

(Em Cr\$/Kg)

Produto	Safras				
	1971-1972	1972-1973	1973-1974	1974-1975	1975-1976
<u>Região Centro-Sul</u>					
Arroz em Casca	0,43	0,60	0,76	1,14	1,42
Feijão Uberabinha	0,74	0,95	1,67	2,20	2,86
Feijão Preto Comum	0,75	0,82	1,25	1,63	2,04
Mandioca (Farinha)	0,26	0,45	0,47	0,44	-
Algodão em Caroço	1,01	1,14	1,63	2,34	3,03
Amendoim em Casca	0,52	0,68	0,96	1,39	1,80
Mirassol	0,32	0,48	0,40	0,90	1,33
Mamona	0,38	0,63	0,73	0,83	1,21
Milho	0,22	0,30	0,50	0,60	0,80
Soja	0,41	0,50	0,60	1,00	1,25
Sorgo	0,16	0,25	0,40	0,48	0,80
<u>Região Norte-Nordeste</u>					
Arroz em Casca	0,32	0,39	0,55	0,66	1,30
Feijão Macaçar	0,30	0,37	0,52	0,69	0,97
Mandioca (Farinha)	0,18	0,31	0,42	0,48	0,48
Algodão em Caroço	0,69	1,00	1,09	1,78	2,60
Milho	0,23	0,27	0,35	0,55	0,69
Mamona	0,37	0,38	0,63	0,83	1,21

Fonte dos Dados Básicos: Comissão de Financiamento da Produção - CFP-NA

● Algodão

Aquisição de 55 mil toneladas, correspondente ao excedente não comercializado, sendo providenciado o seu escoamento para as áreas estratégicas fora dos centros de comercialização ; ampliação da linha de crédito aos industriais e exportadores e prorrogação dos financiamentos vigentes.

● Mamona

Concessão e prorrogação dos EGF, em vista da retração do mercado importador do óleo, concessão de estímulos, via preços, para a transferência da mamonocultura da região Sudeste - Sul, para as regiões Norte-Nordeste, procurando com isso aumentar as alternativas de produtos comercializados para estas regiões.

● Milho

Aquisição de 85,6 mil toneladas, com vistas a formação de estoques reguladores, procedendo-se às vendas no mercado interno para a alimentação animal; dos estoques remanescentes da safra de 1973-1974, foi promovida a troca de 46,5 mil toneladas, com fábricas de rações, cooperativas e empresas estatais, por quantidade equivalente da safra 1974-1975, exportando-se o excedente de 33 mil toneladas, gerando receita de US\$ 4 milhões.

● Feijão

Aquisição de 600 mil sacos, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, removendo-se 450 mil para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo; a fim de evitar a especulação procedeu-se a venda de 50 mil sacos à COBAL, para colocação no Rio Grande do Sul.

● Castanha-do-Brasil

Aquisição do produto in natura, na Região Amazônica, proporcionando a ocupação na extração e beneficiamento, de parte da mão-de-obra que se encontrava ociosa.

● Arroz

Aquisição, juntamente com a COBAL, de 711 toneladas, relativas à safra do Maranhão não enquadrada na classificação normal; da Transamazônica, removeram-se os estoques para Belém e Manaus, liberando-se os armazéns para o atendimento de novos pedidos de estocagem do produto, financiou-se ainda a compra de um milhão de sacos de arroz do Rio Grande do Sul, através do IRGA.

● Farinha de Mandioca

Efetivação da venda de 134 mil sacos de farinha de mandioca no Rio de Janeiro, quando os preços ao consumidor encontravam-se acima do tabelamento do CIP/SUNAB; através da Bolsa de Cereais de São Paulo venderam-se 1.100 sacos.

● Estoques reguladores

Os efeitos altamente positivos da política de estoques reguladores são revelados, principalmente, pela minimização de problemas crônicos de abastecimento nos grandes centros urbanos. O comportamento dos produtos abrangidos por essa política é adiante descrito:

● Carne bovina

Assegurou-se a normalidade no abastecimento, além de impedir a deterioração dos preços pagos ao produtor, através da formação de estoque regulador de cerca de 160 mil toneladas, com aplicação de recursos no montante de Cr\$ 1,6 bilhão.

● Leite e seus derivados

Efetivou-se uma estocagem de queijo, manteiga e, sobretudo, leite em pó SMP, com recursos de Cr\$ 218 milhões; com tais medidas, reduziram-se os desperdícios habitualmente verificados na safra, como também permitiu-se a retenção dos estoques formados para posterior liberação nos meses de entressafra; subsidiou-se o ressarcimento do

segundo percurso do produto, distribuído pelos entrepostos ao consumo humano, no período de janeiro a novembro do ano de 1975; os recursos alocados foram da ordem de Cr\$ 136,7 milhões.

● Feijão

Adquiriram-se, para formação de estoque regulador, 235 mil sacas de 60 kg, viabilizando a estabilidade e acelerando a dinâmica de comercialização; envolveram-se recursos da ordem de Cr\$ 110 milhões do Banco do Brasil S/A, repassados à COBAL.

● Armazenamento

A Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM, no exercício de 1975, apresentou resultados bastante positivos. A oferta de armazenamento foi de 793 mil toneladas em dezembro, sendo 769 mil a meio-ambiente e 24 mil a frio, contra 700 mil toneladas em igual mês do exercício anterior. A média da oferta de armazenagem no exercício foi de 746 mil toneladas.

Foram armazenados 710 mil toneladas a meio-ambiente e 47 mil a frio. A produção das fábricas de gelo atingiu a 57 mil toneladas e foi realizado o tratamento fitossanitário em 155 mil toneladas de grãos.

● Programa Nacional de Armazenagem - PRONAZEM

Através deste Programa foram desenvolvidas as seguintes atividades principais: formulação dos subprogramas Armazenagem a Nível de Fazenda, Armazenagem Intermediária e Terminal e Aplicações Diretas do Setor Público; elaboração e publicação do Manual de Armazenagem na Fazenda, destinado a orientar os produtores rurais, quanto à construção e operação de seus armazéns; realização de campanha publicitária de âmbito nacional, com a colaboração da AIRP - Presidência da República, para incentivar a construção de unidades armazenadoras no País.

● Outras atividades

Entre as demais realizações da CIBRAZEM, destacam - se: cadastramento de unidades armazenadoras, em conjunto com o INCRA; instalação de 11 armazéns no Estado de Goiás, com uma capacidade total de 120 mil toneladas; construção de um Centro de Recuperação de Unidades Armazenadoras Infláveis, em Brasília; re construção (em fase final) do frigorífico de Irajá-RJ; prosseguimento do Programa de Reequipamento das Unidades a Meio-Ambiente ; conclusão dos projetos de construção de armazéns para grãos, no Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Sergipe.

● Centrais de Abastecimento e Mercados Satélites

No Programa Centrais de Abastecimento e Mercados Sa télites (hortomercados e mercados expedidores), a COBAL, além de sua participação acionária, é também gestora do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento - SINAC. Em 1975, deu-se continuida de à implantação do sistema , com mais 4 centrais e um centro de abastecimento colocados em operação, totalizando 15 unidades. Mo vimentaram-se 2 milhões de toneladas de produtos hortifrutigran - jeiros, representando o atendimento a uma população estimada em 27 milhões de habitantes. Estes números demonstram um crescimento operacional de 67% em relação a 1974.

O volume de comercialização de hortifrutigranjeiros em 1976, deverá se expandir consideravelmente, situando - se em torno de 2,4 milhões de toneladas/ano, representando o atendi- mento a uma população estimada de 35,5 milhões de habitantes.

Entraram em operação, neste período, 6 hortomercá- dos, localizados em Maceió, Manaus, Maringá, Juiz de Fora, Salva dor e Belém; encontram-se ainda em fase de construção e reforma os hortomercados de Brasília, Porto Alegre e Belo Horizonte, e em fase de projetos de engenharia os hortomercados de Mossoró e Rio Branco.

Paralelamente ao Programa de Centrais, a COBAL vem desenvolvendo e implantando os programas de mercados expedidores, estando em funcionamento a unidade de Boquim (SE), devendo estar concluídas em 1976 as unidades de Jaguaquara (BA), Bezerros (PE), e Baturité (CE).

Deverá ainda a COBAL amortizar os contratos de financiamento celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE - referente à alocação de serviços na apresentação do Plano Diretor de Gestão das Centrais de Abastecimento.

Destacaram-se no setor de varejo da COBAL as seguintes realizações:

- programa de interiorização do abastecimento, dentro das características específicas de cada área; acentua-se o revigoramento dos auto-serviços móveis fluviais na região Amazônica, para atendimento às populações ribeirinhas;

- levantamento das vias navegáveis, para montagem dos cronogramas de transporte para o abastecimento de postos avançados, localizados basicamente nas regiões de produção de borracha;

- colaboração na organização do programa de transporte fluvial na região amazônica, tendo como objetivo levar mercadorias produzidas em outras regiões e retirar os excedentes da produção local; e início da implantação das unidades integradas de Santarém, com recursos do POLAMAZÔNIA, do Amapá e do Acre, com recursos do PIN, e de funcionamento das unidades de abastecimento no interior do Território de Rondônia.

- Programa de Irrigação do Nordeste

- Execução pela CODEVASF

Programa Nacional de Centrais de Abastecimento

Posição em 1975

CEASAs	PROJETOS		CONSTRUÇÃO CIVIL	ENTRADA EM OPERAÇÃO
	VIABILIDADE	ENGENHARIA		
ALAGOAS	(***)	(***)	(***)	Dezembro/1975
AMAZONAS	(***)	(***)	(***)	Fevereiro/1975
BAHIA	(***)	(***)	(***)	Março/1973
CEARÁ	(***)	(***)	(***)	Outubro /1972
D. FEDERAL	(***)	(***)	(***)	Outubro /1972
E. SANTO	(***)	(***)	(*)	Outubro /1976
GOIÁS	(***)	(***)	(***)	Agosto /1975
GRANDE RIO	(***)	(***)	(**)	Agosto /1974
MARANHÃO	(***)	(*)	(-)	1976/1977
M. GRÓSSO	(*)	(-)	(-)	1976/1977
M. GERAIS	(***)	(***)	(***)	Março/1974
PARÁ	(***)	(***)	(***)	Janeiro/1975
PARAÍBA	(***)	(***)	(***)	Setembro/1974
PARANÁ	(***)	(***)	(**)	Maio/1976
PIAUI	(***)	(***)	(*)	Agosto/1976
PERNAMBUCO	(***)	(***)	(***)	Outubro/1972
R. JANEIRO	(***)	(***)	(***)	Dezembro/1972
R. G. NORTE	(***)	(***)	(**)	Outubro/1976
R. G. SUL	(***)	(***)	(***)	Setembro/1973
S. CATARINA	(*)	(-)	(-)	1976/1977
SERGIPE	(***)	(***)	(***)	Março/1973
SP (CAMPINAS)	(***)	(***)	(**)	Março/1975

FONTE: BNDE/COBAL

CONVENÇÕES

1. PROJETOS

- (*) Em estudo
- (**) Elaborado
- (***) Aprovado

2. CONSTRUÇÃO

- (*) Iniciada
- (**) Em fase final
- (***) Concluída

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, criada em substituição à Superintendência do Vale do São Francisco - SUVALE, pôde em 1975, através de medidas administrativas e convênios, utilizar-se dos recursos orçamentários (Cr\$ 111,9 milhões) anteriormente destinados à SUVALE. Entretanto os recursos disponíveis para investimentos nos projetos de irrigação e nas atividades de desenvolvimento do Vale tornaram-se insuficientes (Cr\$ 57,3 milhões, sendo Cr\$ 40,0 milhões do PIN e Cr\$ 17,3 milhões remanescentes do PIN e PROVALE dos exercícios anteriores). Com a implantação do POLONORDESTE foi solucionado o problema de recursos, alocando-se Cr\$ 230 milhões, que adicionados aos Cr\$ 100 milhões do PIN e aos Cr\$ 28 milhões do Banco Mundial totalizaram, os 358 milhões necessários à CODEVASF para implementação de diversos projetos a partir do segundo semestre de 1975.

Entretanto, ao final do exercício, as aplicações em projetos situavam-se em Cr\$ 100,7 milhões e os gastos totais atingiam a Cr\$ 117,8 milhões, dos quais Cr\$ 55,5 milhões aplicados na aquisição de imóveis, equipamentos e móveis para instalação da empresa (Cr\$ 14 milhões) e imóveis para funcionários (Cr\$ 41,5 milhões). Os projetos que receberam a maior parte desses recursos foram Baixo São Francisco (Cr\$ 40 milhões), Maniçoba (Cr\$ 24,1 milhões, São Desidério (Cr\$ 17,5 milhões) e Curaça (Cr\$ 10 milhões), totalizando Cr\$ 91,6 milhões, situando-se muito abaixo das previsões de dispêndios para estes projetos (Cr\$ 287 milhões). É importante mencionar que parte desses projetos estava em atividade antes da autorização dos recursos (ocorrida em julho), e que parcela considerável desses montantes utilizado para saldar débitos anteriores à liberação de recursos (verificada em outubro). Daí a conclusão de que a liberação de recursos no último trimestre não foi fator limitante à execução das obras, caracterizando-se dessa forma a reduzida capacidade de investimento da própria empresa.

Outro fato importante a ser mencionado é que a CODEVASF não dispõe de recursos orçamentários para despesas correntes. Para fazer frente às necessidades administrativas da empresa, o Ministério do Interior está usando o sistema de contratar os serviços da CODEVASF com recursos do PIN, destinando-lhe 20% dos investi

mentos efetuados para suas despesas correntes. Com isso os recursos que deveriam ser destinados totalmente aos investimentos são reduzidos em 17%. Esse procedimento transforma o Ministério do Interior em proprietário dos perímetros irrigados, o que certamente causará problemas administrativos no futuro, necessitando-se de grande número de convênios para que a CODEVASF possa exercer suas funções executivas sobre os projetos.

Com respeito ao sistema de atuação da CODEVASF, no que se refere ao estabelecimento de sua programação prioritária, à distribuição das áreas irrigadas entre empresas agrícolas e pequenos agricultores, à seleção de áreas e de culturas, e a sua associação com empresas privadas, os critérios têm sido subjetivos e passíveis de críticas. Pelo seu procedimento atual, a CODEVASF deverá destinar a maior parte de suas terras (70%) às empresas agrícolas. Essas empresas geralmente são incluídas nos projetos pela ordem de chegada, sem muita preocupação em analisar a capacidade, a experiência e os propósitos de tais empresas. Da mesma forma, em relação aos planos de exploração das empresas agrícolas, a atitude da CODEVASF, tem sido passiva, aceitando as culturas escolhidas pelos empresários, sem se preocupar com maiores detalhes. A criação de emprego e a necessidade de produtos para mercado interno e externo não têm sido uma preocupação fundamental da CODEVASF. Muitas vezes essas decisões estão influenciadas pelas condições conjunturais favoráveis para alguns determinados tipos de produtos. Dentro dessa mesma linha de conduta subjetiva são tomadas as suas decisões de associar-se a outras empresas, quase sempre estrangeiras, para exploração de agroindústria. Ainda nesta linha de comportamento têm sido suas decisões de irrigar grandes áreas pertencentes a um ou mais empresários agrícolas, colocando, em condições extremamente vantajosas, à disposição de um pequeno número de empresários, recursos relativamente escassos, que por isso mereciam o estabelecimento de definições criteriosas para a sua distribuição.

No que se refere a implantação de projetos, destaca-se a construção de 100 km de diques de proteção às várzeas do Baixo São Francisco. Essa obra deverá estar concluída antes da eleva

ção do nível das águas do Rio São Francisco, em decorrência do fechamento das comportas de Sobradinho. Em uma dessas várzeas, ou seja, no Projeto Itiuba- Propriã, foram assentados 200 colonos em 800 ha irrigados, superando as metas de 100 colonos e 655 ha irrigados para 1975.

Quanto aos demais projetos não houve qualquer adição de novas áreas irrigadas. As atividades da CODEVASF ficaram reduzidas à implantação dos 800 ha mencionados, ou seja, muito abaixo dos 19 mil ha previstos. Entre os projetos de maior destaque, onde praticamente nada foi realizado, menciona-se o projeto Jaíba, que previa a implantação de 10 mil ha com dispêndios de Cr\$ 60 milhões, tendo-se efetivado apenas Cr\$ 2,2 milhões com a elaboração dos estudos iniciais.

● Execução pelo DNOCS

O DNOCS, de acordo com as metas do II PND, tem como objetivo a implantação de 83 mil ha irrigados, área posteriormente ampliada para 90 mil ha, por iniciativa do Ministério do Interior.

Em 1975, deveriam estar implantados 16.651 ha já irrigados e 43.185 ha de agricultura seca, e assentadas 2.546 famílias.

Para consecução dessas metas o DNOCS apresentou um orçamento de investimentos no valor de Cr\$ 726 milhões, dos quais Cr\$ 609 milhões seriam aplicados nos perímetros irrigados. O restante seria destinado à recuperação de barragens (Cr\$ 42 milhões), controle de enchentes (Cr\$ 40 milhões), e desapropriação de bacias hidráulicas (Cr\$ 35 milhões).

Foram colocados à disposição do DNOCS em 1975 cerca de Cr\$ 647 milhões para investimentos em irrigação e recuperação de barragens, sendo Cr\$ 617 milhões para os perímetros irrigados e Cr\$ 30 milhões para barragens. Portanto, os recursos para implanta

ção dos projetos irrigados foram ligeiramente superiores à própria solicitação do DNOCS.

Os recursos foram provenientes do PIN (Cr\$ 493 milhões), do POLONORDESTE (Cr\$ 115 milhões), do FDPI (Cr\$ 29 milhões) e de receita própria, da SUDENE e de outras fontes menos importantes (Cr\$ 10 milhões). Desses recursos o DNOCS aplicou Cr\$ 390,4 milhões do PIN, (79%); Cr\$ 73,5 milhões do POLONORDESTE (64%) e Cr\$ 17,4 milhões do FDPI (60%). As aplicações totais do DNOCS atingiram, portanto, Cr\$ 491,5 milhões, dos quais Cr\$ 485,2 milhões em projetos irrigados e Cr\$ 6,3 em recuperação de barragens, significando 76% dos recursos colocados à sua disposição.

Com referência à execução física, o DNOCS chegou ao final do exercício, com 11.507 ha implantados (9.653 em 1974) dos quais 7.051 ha irrigados em operação (5.837 já em 1974) e 1.270 famílias assentadas (1.004 em 1974), representando cerca de 20% a mais em termos de área e 26,5% em número de famílias. Como as metas do DNOCS para 1975 eram implantar 16.651 ha e assentar 2.546 famílias, realizou-se portanto, apenas 69% da área e 50% do assentamento previsto.

O DNOCS continua trabalhando na implantação de aproximadamente 19 mil ha. Contudo, os trabalhos têm sido relativamente lentos, pois no ano anterior apenas 1.854 ha foram concluídos. A passagem de área implantada para área em operação também tem sido lenta, pois dos 9.653 ha implantados em 1974, 2.600 ha ainda não haviam entrado em operação em 1975.

Em suas demais atividades, isto é, reconhecimento de áreas, elaboração de planos diretores, execução de estudos de viabilidade e de projetos executivos, o DNOCS esteve bastante próximo das metas previstas, com exceção da elaboração de projetos executivos, onde conseguiu realizar apenas 63%.

Além dos recursos para investimentos nos projetos selecionados, o DNOCS contava no exercício de 1975 com Cr\$ 208 milhões

lhões, sendo Cr\$ 173 milhões para despesas correntes e Cr\$ 35 milhões para investimentos e outros projetos.

Portanto, o DNOCS teve à sua disposição Cr\$ 855 milhões e como resultado de suas atividades adicionou ao seu sistema de colonização em projetos irrigados 266 famílias. Embora exista grande volume de trabalho voltado às atividades básicas e que só deverão apresentar seus resultados nos próximos anos, é pouco provável, pela experiência de anos recentes, que seja adicionada quantidade significativa de novos hectares irrigados, isto é, que se consiga atingir a meta de 83 mil ha (ou 90 mil ha) do II PND. Pelas obras em execução e pela velocidade com que vêm sendo realizadas, pode-se esperar para uma hipótese otimista, no máximo 25 mil ha.

Entre as dificuldades encontradas pelo DNOCS, cita-se a necessidade que o órgão teve de reembolsar cerca de Cr\$ 15 milhões a uma empresa construtora como indenização por equipamento e pessoal ociosos nas obras do projeto Moxotô, e a recente contratação de projeto executivo para 6 mil ha no Vale do Fidalgo, no Piauí, quando os estudos básicos indicavam disponibilidade de água para cerca 3.900 ha, que na realidade deve ser ainda inferior, pois em uma subárea onde deveriam ser explorados 1.000 ha só houve água disponível para 500 ha.

Considera-se indispensável uma revisão no sistema de acompanhamento dos projetos em execução pelo DNOCS, inclusive com análise rigorosa do programa de trabalho e, se for o caso, uma reprogramação geral de suas atividades. É necessário reconhecer que o sistema de liberação de recursos dos programas sob a responsabilidade da SEPLAN tem sido inadequado, quase sempre proporcionando insegurança aos órgãos executores e retardando os investimentos.

● Política açucareira

O setor açucareiro enfrentou no ano de 1975 as primeiras dificuldades após o período de quatro anos de acelerada ex

pansão. Os preços do açúcar, que atingiram níveis sem precedentes no primeiro trimestre, declinaram rapidamente para se estabilizarem no segundo semestre em níveis inferiores aos observados em 1974 e fins de 1973. Com as geadas de julho, surgiram novas dificuldades, pois a safra que estava prevista em 129 milhões de sacos foi reduzida para menos de 100 milhões. Adotando-se uma política para garantir as quantidades consumidas pelo mercado interno, as exportações tiveram que ser reduzidas. Para agravar ainda mais a situação, o consumo interno passou a crescer rapidamente a partir de setembro, reduzindo conseqüentemente os estoques existentes.

O consumo da safra 1975-1976 deverá situar-se 10% acima do previsto, isto é, dos 80 milhões de sacos previstos passará a 88 milhões de sacos. Essa evolução do consumo pode ser confirmada pelo aumento verificado entre 1974 (72 milhões de sacos) e 1975 (792 milhões de sacos).

Esse crescimento no consumo, creditado ao preço relativamente baixo devido ao subsídio, obrigou o IAA a transferir um milhão de sacos do Nordeste para o Centro-Sul. Tais Transferências poderão elevar-se a 7,0 milhões de sacos até o final da safra em maio próximo.

Há hipóteses de que o preço relativamente baixo do açúcar esteja estimulando seu uso industrial em substituição a outras matérias-primas relativamente mais caras. Menciona-se o uso do açúcar em rações animais, o seu aumento proporcional em conservas e mesmo sua adição ao café em pó e ao fumo para elaboração de cigarros, entre outros.

No que se refere à participação do IAA no apoio ao setor açucareiro, destacam-se o início da implantação do Terminal Açucareiro de Maceió e a continuação dos estudos do Terminal de Santos; o apoio ao setor agrícola, através do Programa Nacional de Melhoramento de Cana-de-Açúcar - PLANALSUCAR, envolveu dispêndios de Cr\$ 59 milhões em pesquisas, cujo objetivo principal é a obtenção de variedades mais produtivas de cana-de-açúcar.

Na política de subsídios ao consumidor final e na correção das distorções dos preços para a região Norte-Nordeste foram aplicados Cr\$ 3,3 bilhões, significando acréscimo de Cr\$ 2 bilhões em relação ao ano anterior.

Dentro de seu programa de modernização, racionalização, fusão, incorporação, realocização de usinas e reforço ao capital de giro das cooperativas de produtos o IAA aplicou Cr\$ 5,4 bilhões, sendo Cr\$ 2,2 bilhões na região Norte-Nordeste e Cr\$ 3,2 bilhões na região Centro-Sul. Para ampliação de lavoura, aquisição de máquinas e reforço do capital de giro das cooperativas de fornecedores e subsídios aos juros, foram despendidos Cr\$ 778 milhões, dos quais Cr\$ 460 milhões na região Norte-Nordeste e Cr\$ 318 milhões, no Centro Sul.

Com respeito à produção de álcool, as perdas foram menos sensíveis, conseguindo-se 586 milhões de litros dos 615 milhões previstos, ou seja, uma redução de apenas 5% contra a de 23% verificada para o açúcar.

● Política cafeeira

Em 1975 o IBC deu continuidade à sua política de expansão de novos cafezais, tendo financiado o plantio de mais de 136 milhões de cafeeiros.

A programação para 1975 indicava o plantio de mais 45 milhões de covas nos estados da Bahia, Espírito Santo, Ceará e Pernambuco; entretanto, com a geada de julho esse total foi elevado em mais 100 milhões de covas para as áreas cafeeiras dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia e Goiás e áreas atingidas pelas geadas nos estados de São Paulo e Mato Grosso.

A produção cafeeira, que vinha se recuperando rapidamente, com possibilidade de exportar 19,5 milhões de sacos em

1976, voltou a enfrentar problemas com a redução de 70% prevista para a nova safra. Com essa queda o total estimado deverá situar-se por volta das 8,7 milhões de sacos, permitindo a exportação de apenas 12 milhões de sacos nos próximos dois anos.

Além das dificuldades surgidas com a queda da produção, o IBC teve de adotar medidas de urgência para amparar os produtores de café, que deverão utilizar Cr\$ 8,1 bilhões. Essas medidas deverão atingir os cafeeiros recuperáveis, as culturas intercalares, formação de mudas e outras atividades, com o objetivo de possibilitar aos cafeicultores sua recuperação econômica e ativação da oferta de empregos nas regiões atingidas pelas geadas.

Nas atividades de coordenação da política cafeeira o IBC despendeu Cr\$ 438,2 milhões, dos Cr\$ 528,8 milhões previstos. No setor agrícola foram gastos Cr\$ 51,8 milhões nas atividades de pesquisa, extensão rural, assistência ao cooperativismo e manutenção do GERCA, e Cr\$ 37,0 milhões na manutenção dos estoques e da rede de armazéns. A maior parte dos recursos, cerca de Cr\$ 290 milhões, é destinada às despesas correntes com a manutenção do órgão. Outros Cr\$ 25 milhões foram despendidos com a participação em organismos internacionais, entrepostos e promoção no exterior.

● Política de produção da borracha

A SUDHEVEA tem procurado expandir rapidamente suas atividades visando ao incremento da produção de borracha natural. A produção brasileira em 1975 atingiu a 19 mil toneladas, sendo necessário importar mais 38 mil toneladas para complementar o consumo interno.

Em função da grande defasagem entre a produção e consumo, foi criado o Programa de Incentivos à Produção de Borracha Vegetal - PROBOR, que concluiu sua primeira fase com a formação de 18 mil ha de novos seringais e a recuperação de 15 mil ha de seringais nativos e de cultivo. Através de financiamento e outros incentivos especiais, a SUDHEVEA passará a coordenar uma

nova fase do programa voltada particularmente para os empreendimentos localizados na Amazônia e no litoral sul da Bahia.

Com a implantação do Centro Nacional de Seringueira, com sede em Manaus e unidades de pesquisa em Rio Branco, Belém, Cuiabá e Itabuna, a EMBRAPA deverá coordenar a pesquisa da borracha natural, fornecendo apoio decisivo ao desenvolvimento do programa.

Nas atividades da SUDHEVEA foram despendidos Cr\$ 139,0 milhões dos Cr\$ 419,6 milhões previstos (33%), dos quais Cr\$ 56,9 milhões no setor agrícola.

● Programas especiais

● POLONORDESTE

Com a autorização de investimentos no valor de Cr\$ 700 milhões em julho de 1975 foi iniciada a parte executiva do Programa.

A existência de quantidade suficiente de projetos de desenvolvimento rural integrado fez com que as prioridades do programa fossem dadas aos projetos de irrigação, ao programa de treinamento de extensionistas rurais e ao projeto de transferência da população rural da área de inundação da Barragem de Sobradinho. Para esses projetos foram destinados 75% do total dos recursos autorizados.

As dificuldades ainda existentes para elaboração de projetos por parte dos órgãos federais e estaduais e de sua análise por parte da SUDENE, fizeram com que as exigências para essas tarefas fossem pouco rígidas, o que possibilitou rápida liberação dos recursos, atingindo-se 86% do total previsto para o exercício. Contudo, parte desses recursos ficou retida nas secretarias gerais, por falta de um procedimento mais dinâmico na entrega dos recursos e no Banco Central, aguardando-se a regulamentação do crê

dito rural. Isso prejudicou consideravelmente as aplicações nos projetos de desenvolvimento rural integrado.

Por outro lado, os órgãos federais encarregados de executar a programação prioritária não conseguiram realizar todos os investimentos previstos. O INCRA investiu apenas 35% dos recursos que lhe foram destinados: o DNOCS, que teve o melhor desempenho de todos esses órgãos, não foi além de 64%; a CODEVASF atingiu 41% dos investimentos previstos, elevando esse percentual para 50%, quando incluídas as despesas correntes; a EMBRATER, apesar de ter desenvolvido um programa de treinamento superior às necessidades dos projetos integrados, utilizou apenas 17% dos recursos, caracterizando um dimensionamento da programação; e a CHESF não chegou a utilizar nada dos Cr\$ 49 milhões que lhe foram liberados, pela necessidade de adequar a sua programação às realizações do projeto desenvolvido pelo INCRA.

Na realidade, apenas o Estado do Rio Grande do Norte, no que se refere aos projetos de Vilas Rurais, conseguiu aplicar todos recursos liberados (Cr\$ 32,5 milhões), isto porque tais recursos destinaram-se a cobrir débitos por obras executadas anteriormente.

Desta forma, pode-se dizer que o POLONORDESTE conseguiu definir a necessidade de inúmeros projetos, formalizou um sistema de participação integrada de diversos órgãos, estabeleceu um procedimento para elaboração de projetos e conseguiu entregar os recursos com relativa agilidade, levando-se em consideração a inexperiência nesse tipo de atividade. Não obstante as realizações atingiram apenas 44% do total liberado e 38% da programação definida.

● POLOCENTRO

Os cerrados brasileiros cobrem extensão de cerca de 130 milhões de hectares, da qual, aproximadamente 80%, localiza-se nos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, constituindo-se em uma grande reserva de terra capaz de possibilitar, a curto e médio

prazos, o atendimento das necessidades nacionais de expansão da área agrícola.

Assim sendo, o Governo Federal instituiu o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO, com a finalidade de viabilizar o alcance das metas de crescimento do setor agropecuário, através da ocupação racional e ordenada dos cerrados.

O POLOCENTRO prevê investimentos da ordem de Cr\$ 1,5 bilhão, no período 1975-1977, além de recursos adicionais para pesquisa agrícola e daqueles destinados ao crédito agropecuário e aos incentivos fiscais para florestamento-reflorestamento (estimados globalmente em Cr\$ 12 bilhões, no triênio). O POLOCENTRO consiste na conjugação da pesquisa, florestamento-reflorestamento, assistência técnica e crédito rural orientados, aliados ao fortalecimento da infra-estrutura básica de apoio (estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem, etc.).

Uma boa estruturação vem garantindo o sucesso do Programa em seus meses iniciais. Assim é que, até o final de 1975, já existiam cerca de 500 solicitações de financiamentos, no montante superior de Cr\$ 1,3 bilhão, para um total disponível de Cr\$ 2,4 bilhões, com aprovação de mais de 150 projetos.

Os primeiros resultados de produção apresentados por projetos agrícolas do POLOCENTRO são altamente promissores. Projetos financiados no segundo semestre do ano passado já apresentam plantio superior a 50 mil hectares de lavouras. As indicações são de que a produtividade dos projetos agrícolas nas áreas do Programa está se apresentando superior à média nacional, fruto do uso de tecnologia adequada. Um exemplo importante é o trigo, que está apresentando uma produtividade média superior a 1.800 kg/ha (com a possibilidade de duas culturas anuais), bem superior à média do País, que alcança cerca de 1.200 kg/ha.

O POLOCENTRO deu ensejo à adoção de nova metodologia na utilização do crédito agrícola, voltada para a aplicação da tec

nologia agrícola recomendada para os cerrados. Foi criado, com a colaboração do Banco Central e da EMBRATER, um sistema de preparação e análise de projetos, que difere do caminho tradicional de fornecimento de crédito agrícola, o que gerou resistências em algumas áreas do sistema de crédito agrícola, chegando inclusive a atrasar um pouco o início dos financiamentos. Nesse campo, quase todas as dificuldades já foram ultrapassadas.

Alguns agentes financeiros do POLOCENTRO, como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, têm demonstrado um alto nível de eficiência na sua participação no Programa. Outros, especialmente o Banco do Brasil, têm provocado o retardamento do início de projetos agrícolas.

Não obstante persistirem algumas dificuldades, têm-se observado progressos surpreendentes na atuação dos bancos. O próprio Banco do Brasil está dando uma ampla colaboração ao Programa, inclusive colocando os seus técnicos em contato direto com os elementos da equipe de assistência técnica do POLOCENTRO. Acredita-se que os problemas ainda pendentes serão solucionados com certa brevidade, resultando em uma melhoria geral da atuação do sistema bancário nos diversos programas de desenvolvimento do Governo. O Banco Central tem desenvolvido esforços significantes nesse sentido.

A par dos trabalhos na área da programação e fornecimento de crédito especial, o apoio governamental ao POLOCENTRO foi iniciado através do sistema EMBRATER e EMBRAPA.

O sistema oficial de assistência técnica, que conta com a colaboração de empresas especializadas do setor privado, vem participando de todas as fases de trabalhos nas propriedades agrícolas. Para desenvolver suas tarefas, o sistema EMBRATER já treinou número superior a 200 técnicos. O sistema está apto a desempenhar as suas funções, embora esteja enfrentando dificuldades em decorrência da grande concentração de projetos a partir de novembro.

Quanto à pesquisa agropecuária, apenas a partir de 1976 a EMBRAPA deverá receber recursos do POLOCENTRO. Entretanto, conforme previsto, está sendo fortalecido e ampliado o sistema de pesquisa para as áreas do Programa. O entrosamento entre a EMBRAPA e a EMBRATER tem permitido que se transfira para a agricultura a melhor tecnologia conhecida para as diversas áreas.

O detalhamento dos subprogramas de Armazenagem, Estradas Rurais e Energia foi elaborado, prevendo-se o início da execução para o mês de abril, de 1976.

● POLAMAZÔNIA

A programação do POLAMAZÔNIA para o setor agrícola, em 1975, compreendeu um elenco de cerca de 100 projetos, distribuídos em 15 pólos, dos quais 88 na área da SUDAM e 12 na área da SUDECO.

As informações disponíveis para os três primeiros trimestres de 1975 indicam a aplicação, no setor agrícola de recursos da ordem de Cr\$ 19,5 milhões (19,8% dos recursos disponíveis).

Em decorrência de ter sido a programação do POLAMAZÔNIA aprovada no início de julho de 1975, e da morosidade no ajuste dos mecanismos de liberação e repasse dos recursos a níveis federal e estadual, somente a partir do quarto trimestre de 1975 é que se iniciou a etapa propriamente executiva.

Esse fato torna-se mais patente ao constatar-se que nos três primeiros trimestres de 1975, do conjunto dos 100 projetos da área agrícola, apenas 60 deram início às fases preliminares de sua implantação e/ou execução. Desses projetos destacaram-se aqueles sob a responsabilidade do INCRA, notadamente os relacionados com a regularização fundiária e titulação nas áreas dos projetos integrados de colonização. O principal motivo desse sucesso deveu-se ao fato de, além desse órgão contar com adequada infra-es

estrutura na área, haver antecipado, com recursos próprios, sua programação nas áreas do POLAMAZÔNIA.

● CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos básicos da programação prioritária do II PND tiveram evolução bastante diversificada, alguns superando as metas estabelecidas, outros ficando muito aquém das previsões.

O mais importante a ser destacado é que os órgãos nem sempre possuem metas estabelecidas pelo II PND, indicando a necessidade de maior compatibilização entre as metas dos próprios órgãos e as do Plano. Isso parece evidenciar uma reduzida participação dos responsáveis pelo planejamento dentro dos órgãos, na elaboração do Plano e mesmo na definição da programação prioritária. Daí a listagem de quase todos os projetos executados pelos órgãos ser definida como programação prioritária.

O nível de formulação dos projetos também é, na maioria dos casos, deficiente. Muitas vezes se estabelecem as metas quantitativas sem qualquer base de ligação entre tais metas e os recursos humanos e materiais para alcançá-las.

Os recursos financeiros para investimento, quase sempre dependentes de outras fontes, nunca são aplicados nas quantidades adequadas e nas épocas oportunas.

Destaca-se ainda a incapacidade de alguns órgãos em executar a sua programação. As razões dessa incapacidade de execução por parte dos órgãos são das mais variadas, mencionando-se entre as principais: estruturação administrativa inadequada; campo de atuação muito amplo e diversificado; insuficiência de pessoal técnico; composição inadequada do pessoal nas áreas de planejamento e de execução; ausência ou deficiência de lideranças; falta de definição da programação prioritária.

Principais Projetos Prioritários em Desenvolvimento no Setor Agrícola
 Comparações entre as Realizações e as Metas do II PND

(continua)

ÓRGÃO/PROGRAMA	POSIÇÃO 1974	1975		R/P (%)
		PREVISTO	REALIZADO	
SUDEPE				
<u>Desenvolvimento da Pesca</u>				
Terminal Pesqueiro de Belém	0	01	-	-
Assistência às Colônias de Pesca (un. assistidas)	-	161	68	42,2
Assistência às Cooperativas (un.)	-	28	18	64,2
Promoção Social à Pesca (mil)	-	99	47	47,4
Planos de Crédito à Pesca Artesanal	-	-	1 424	-
Montante de Empréstimo a Pesqueiros Artesanais (Cr\$ 1 000)	-	-	17 489	-
EMBRATER				
<u>Extensão Rural</u>				
Municípios Assistidos (nº)	2 340	2 500	2 540	101,6
Escritórios Municipais	1 440	1 673	1 528	91,3
Pessoal Técnico (total)	4 468	5 000	5 258	106,0
Agrônomos e Veterinários	2 372	-	2 824	-
Técnicos Agrícolas	1 113	-	1 405	-
Crédito Rural Educativo				
Nº de Contratos	57 316	66 000	62 792	95,1
Valor dos Financiamentos (Cr\$ milhões)	2 878	-	4 172	-
Produtores Orientados (nº) (1 000)	345	1 000	402	40,2
Líderes Ativos (nº)	37 730	40 000	40 460	101,2
Cooperativas Orientadas (nº)	436	480	488	101,6
DNPA				
<u>Melhoramento do Rebanho</u>				
Empresas Orientadas e Fiscalizadas (un.)	83	73	119	163,0
a) Indústrias de Sêmem	32	25	32	128,8
b) Comércio de Sêmem	43	40	67	167,5
c) Prestação de Serviços	8	-	20	250,0
Doses de Sêmem Produzidas (mil)	500	660	1 300	196,9
Doses de Sêmem Importadas (mil)	218	230	180	78,3
Doses de Sêmem Exportadas	4,5	10,0	0,4	3,8
Inseminações (mil)	1 051	1 205	1 443	120,5
a) Bovinos (mil)	250	325	910	280,0
b) Ovinos (mil)	800	880	535	60,5
Mão-de-Obra Treinada (un.)	2 106	2 670	1 816	68,0

NOTA: As informações contidas nesta tabela em alguns casos divergem das metas estabelecidas pelo II PND, devido alterações feitas pelos órgãos executores. Informações estas que serão compatibilizadas a partir de 1976.

(continua)

Principais Projetos Prioritários em Desenvolvimento no Setor Agrícola
 Comparações entre as Realizações e as Metas do II PND.

(continua)

ÓRGÃO/PROGRAMA	POSIÇÃO 1974	1975		R/P (%)
		PREVISTO	REALIZADO	
DNPA				
<u>Defesa Sanitária Animal</u>				
Vacinação contra Brucelose (mil)	750	1 500	1 700	113,3
Vacinação contra Raiva dos Herbívoros (mil)	700	1 500	790	52,6
Exames de Raiva (lab.) (un.)	1 200	2 000	2 300	115,0
Exames de Brucelose (SA) (mil)	300	320	380	118,8
Produção de Vacinas Anti-rábicas (mil)	2 500	8 000	2 800	35,0
Produção de Vacinas Anti-brucélicas (mil)	2 500	2 700	2 400	88,8
Produção de Antígeno Rápido	400	450	480	106,7
<u>Combate à Febre Aftosa</u>				
População Bovina em Saneamento (mil)	45 259	53 193	51 878	97,5
Municípios Incorporados (nº)	2 033	2 150	2 041	94,9
Propriedades Atendidas (mil)	1 311	1 332	1 208	90,6
Treinamento				
- Médicos Veterinários (nº)	811	1 031	900	98,3
- Administrativos (nº)	1 832	2 258	1 595	70,6
- Auxiliar de Campo (nº)	8 710	9 467	9 392	99,2
SECRETARIA GERAL				
<u>Planejamento e Orçamento</u>				
Instalação das CEPAs (nº)	9	16	10	63,0
Treinamento em Planejamento Agrícola (pessoas)	55	120	136	115,0
<u>Irrigação Implantada</u>				
COEVASAP (em 1 000 ha)	5,1	6,7	5,9	88,0
DNOCS (em 1 000 ha)	10,0	19,8	11,5	58,0

TABELA

Principais Projetos Prioritários em Desenvolvimento no Setor Agrícola
 Comparações entre as Realizações e as Metas do II PND

(conclusão)

ÓRGÃO/PROGRAMA	POSIÇÃO 1974	1975		R / P (%)
		PREVISTO	REALIZADO	
INCIV.				
<u>Colonização</u>				
Títulos de Posse (un.)	55.055	-	37.639	-
Colonos Assentados (un.)	-	-	26.274	-
Casas de Colonos Construídas (un.)	1.017	-	2.764	-
Área Cultivada (ha)	40.317	-	113.956	-
Crédito Agrícola (colonos beneficiados)	-	-	3.338	-
<u>Eletrificação Rural</u>				
Construção de Redes de Distribuição Rural (km)	3.439	8.867	14.639	165,0
Atendimento a Propriedades Rurais (un.)	4.231	11.790	28.280	239,8
Potência Instalada (KVA)	25.923	95.123	132.964	139,8
EMBRAPA				
<u>Ciência e Tecnologia</u>				
Centros Nacionais (un.)	-	16	12	75,0
Centros de Recursos (un.)	-	3	3	100,0
Número de Técnicos de Pesquisa	-	830	494	59,5
Número de Subprojetos	-	1.890	800	65,7
CIBRAZEM				
<u>Armazens Instalados (t)</u>				
Estado de Goiás	-	120.000	120.000	100,0
Estado do Maranhão	-	15.000	15.000	100,0
Território de Rondônia	-	6.000	6.000	100,0
Áreas do POLAMAZÔNIA	-	15.000	3.000	20,0
COBAL				
<u>Abastecimento</u>				
Centrais em Operação (nº)	12	05	05	100,0
Mercados de Origem em Operação (nº)	-	06	01	17,0
Portomercados em Operação (nº)	-	03	06	200,0